

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DO ESTUDO  
DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO PARQUE DA REDENÇÃO  
EM PORTO ALEGRE/RS**

LARA SCHMITT CACCIA

ORIENTADOR: PROF. DR. OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2011

LARA SCHMITT CACCIA

**A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DO ESTUDO  
DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO PARQUE DA REDENÇÃO  
EM PORTO ALEGRE/RS**

Orientador: Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Trabalho apresentado junto ao curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2011

*“O que transforma o velho no novo  
bendito fruto do povo será.  
E a única forma que pode ser norma  
é nenhuma regra ter;  
é nunca fazer nada que o mestre mandar.  
Sempre desobedecer.  
Nunca reverenciar”  
(Belchior)*

## AGRADECIMENTOS

Certa vez eu li que os agradecimentos eram a parte “mais difícil” do trabalho. Não concordo, muito pelo contrário, me sinto extremamente feliz de, após todos estes anos na graduação, poder agradecer a todos que estiveram na minha vida e me fizeram de alguma forma a mais feliz.

Este trabalho foi praticamente a expressão de toda a minha construção acadêmica e enquanto geógrafa. Ele sintetiza muito da minha visão de mundo e de geografia, e me indica que muito ainda tenho que aprender e construir.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a meus pais, Rita e Fred, as minhas irmãs, Camila, Isadora e Natasha, e toda a minha família que, apesar de terem duvidado por vezes das minhas escolhas, nunca deixaram de me incentivar e me apoiar a fazer aquilo que realmente gostaria de fazer. As minhas amigas de infância e da vida, Nena, Teres, Fê, Luli, Biba, Vitya, Dani e Bruna, que me ensinaram o que é a amizade e que o tempo aproxima as pessoas! Aos meus amigos do bairro, que me ajudaram a entender o significado de lugar e de identidade. A todo o pessoal da Medianeira que me fez descobrir que a vida pode ser mais leve e lúdica, e que sempre podemos aprender e tentar algo novo.

Agradeço a minha escolha de estudar geografia e assim ter conhecido tantas pessoas que mudaram a minha vida. A todos os amigos, amores e saudades que tive durante o curso. Em especial gostaria de citar o Theo, companheiro de viagens desde sempre, e ao Mateus por nossa aventura geográfica para além das fronteiras. A Fabi, o Carlitos, o Hiro, colegas queridos desde o início do curso que fizeram essa etapa da vida extremamente mais agradável e engraçada. Ao Santto, grande amigo que me deu a oportunidade de trabalhar em seu excelente projeto de pesquisa. A Nana, o Vagner, o Tomás e a todo pessoal do DAGE que sempre esteve presente nas viagens, nos encontros, e atividades onde quer que fosse.

Aos meus amigos de outras geografias, principalmente os de Sampa e Floripa, em especial a Ju e a Carol, que me ensinaram que é possível sentir saudades gigantescas de pessoas com quem mal convivemos, porém intensamente. E também que a distância é apenas mais uma forma de viver junto.

Aos amigos que conheci na Argentina e aos colegas de la UBA y de La Plata que me fizeram ter vontade de largar tudo e não voltar nunca mais.

A AGB e todos que ali estão atuando, Nelson, Renata, Marília que, além de grandes amigos, me ensinaram que a formação e o envolvimento político são tão importantes quanto o conhecimento formal e acadêmico.

Ao professor Oscar Sobarzo, por ter orientado esta pesquisa com ótimas contribuições e bastante liberdade e confiança no meu trabalho. Aos professores Álvaro Heidrich e Paulo Soares que me oportunizaram a ter experiências na iniciação científica.

Enfim, agradeço a vida por me fazer ter certeza de ter feito a escolha certa e me sentir realizada nesse exato instante.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os processos de apropriação cotidiana dos espaços públicos, a partir de uma aproximação com a teoria das representações sociais. As representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo analisados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos, no seu contexto de produção, pelas funções simbólicas e ideológicas para que servem e pelas formas de comunicação onde circulam. Tanto o espaço quanto as representações são produzidos por relações sociais conflituosas, em geral assimétricas, entre os agentes políticos e econômicos hegemônicos e a sociedade. Essa proposta se motiva pela intenção de analisar como os aspectos objetivos da produção do espaço urbano são subjetivamente vividos pelas pessoas. Dentro deste contexto, nossa pesquisa foi realizada no Parque da Redenção, em Porto Alegre, onde identificamos, através de entrevistas e análises empíricas, como as pessoas veem e como se apropriam do parque (representação em função do uso) e em quais momentos a dominação se manifesta, ou não, dentro do espaço público (formas de normatização, institucionalização, opressão, homogeneização, etc.). Acreditamos ser importante que o significado e o planejamento da cidade possam nascer do seu uso, no curso da vida cotidiana, envolvendo nos processos decisórios as pessoas diretamente implicadas em cada diferente situação. A ocupação não institucionalizada de determinados espaços os “liberta” de seus usos pré-determinados e, assim, revela outras e múltiplas possibilidades destes espaços, iluminando novas potencialidades de apropriação e valorizando os indivíduos como agentes produtores do espaço.

**Palavras-Chave:** apropriação do espaço. espaço público. representação social.

## ABSTRACT

This work has as objective the understanding of ordinary appropriation process of public spaces, through an approximation with the social representation theory. Representations are, essentially, social phenomenon's which even analyzed through its cognitive content have to be understood through its production context and the ideological and symbolic functions to which it serves and the communication ways where it circles. Both the space and the representations are produced by conflicting social relations, normally asymmetric, between hegemonic, political and economic agents and the population. This proposal is motivated by the intention of analyze how the objective aspects of urban space production are subjectively lived by people. Inside this context, this research was developed at "Parque da Redenção" (redemption's park), in Porto Alegre, where we identify, through interviews and empirical analysis, how people see and appropriates the park to themselves (use related representation) and in which moments the domination manifests itself, or not, inside the public space (regulation, institutionalization, oppression, homogenization forms...). We believe that the importance of the meaning and the city's planning can be born from its use, in the course of ordinary life, involving on decisive process the people directly implicated on each different situation. The non-institutionalized occupation of determinate space "releases" them from their predetermined uses, and in this way, shows others and multiples possibilities of these spaces, bringing to light new appropriation potentialities and giving value to individuals as space production agents.

**Keywords:** Space appropriation. Public spaces. Social representation.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Vista aérea do parque da redenção.....	12
<b>Foto 2</b> – Eixo monumental e o monumento do expedicionário.....	48
<b>Foto 3</b> – Praça de touros – década de 1920.....	55
<b>Foto 4</b> – Velódromo da união velocipédica, princípios do século xx.....	56
<b>Foto 5</b> – Exposição Estadual de 1901.....	57
<b>Foto 6</b> – Exposição do centenário da revolução farroupilha .....	59
<b>Foto 7</b> – Panorama geral da exposição à noite.....	59
<b>Foto 8</b> – O cassino da exposição.....	60
<b>Foto 9</b> – Pórtico de entrada do brique da redenção.....	63
<b>Foto 10</b> – Frequentadores do parque da redenção.....	63
<b>Foto 11</b> – O brique da redenção e os artistas de rua.....	64
<b>Foto 12</b> – Teatro de rua.....	65
<b>Foto 13</b> – Apresentação musical.....	65
<b>Foto 14</b> – Evento pela saúde da mulher.....	66
<b>Foto 15</b> – Concerto no parque.....	67
<b>Foto 16</b> – Apropriações cotidianas.....	68
<b>Foto 17</b> – Parquinho da Redenção.....	68
<b>Foto 18</b> – SUBVERTA – A intervenção privada no espaço público.....	71



## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

<b>Quadro 1</b> – Três dimensões constitutivas do espaço público – Análise semântica.....	20
<b>Figura 1</b> – Página inicial do <i>site</i> Redenção.cc.....	17
<b>Figura 2</b> – Por um mundo sem catracas.....	23
<b>Figura 3</b> – Planta de Porto Alegre, ano 1772.....	52
<b>Figura 4</b> – Anteprojeto de ajardinamento do campo da redenção.....	58

## LISTA SIGLAS

DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
HPS	Hospital de Pronto Socorro
IS	Internacional Situacionista
MPL	Movimento Passe Livre
PPP	Parcerias Público Privadas
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMIC	Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
<b>2.1 Como definir um espaço público?</b> .....	19
<b>2.1.1 Sobre a produção do espaço urbano</b> .....	27
<b>2.1.2 Sobre a apropriação e subversão no espaço público</b> .....	33
<b>2.2 As Representações Sociais</b> .....	40
<b>3 O PARQUE DA REDENÇÃO</b> .....	47
<b>3.1 Características atuais</b> .....	47
<b>3.2 Histórico do Parque. Como a dominação passada possibilitou a     apropriação futura</b> .....	51
<b>3.3 A Redenção em seu contexto atual</b> .....	61
<b>3.3.1 As práticas espaciais</b> .....	61
<b>3.3.2 As representações do espaço</b> .....	70
<b>3.3.3 Os espaços de representação</b> .....	72
<b>4 CONSIDERAÇÕES</b> .....	79
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81
<b>ANEXO</b> .....	85

## 1 INTRODUÇÃO

*“Cada cidade tem sua individualidade particular, sua própria vida, sua fisionomia, trágica ou dolente para umas; alegre, espiritual para as outras.”  
(Élisée Reclus)*

O presente trabalho possui a intenção, antes de tudo, de propor uma reflexão teórica, sobre os espaços públicos urbanos e suas possibilidades de apropriações cotidianas, analisadas, principalmente, a partir da percepção dos próprios moradores da cidade. Vivemos em um contexto onde o capital imobiliário e as parcerias público-privadas adquiriram uma imensa capacidade de intervenções e alterações das estruturas urbanas, através do seu poder de dominação e de produção do espaço. A motivação desta pesquisa decorre da intenção de voltar nosso olhar para outras formas de perceber os usos e as identidades da cidade.

A apropriação e o uso do espaço urbano ocorrem de maneira diferenciada conforme as classes sociais, as formas de acessibilidade, da identidade e o pertencimento das pessoas que frequentam e utilizam determinados lugares. Nesse sentido, os bairros e os espaços públicos passam a carregar características fundamentadas no imaginário social construído e reconstruído, simultaneamente, às edificações das cidades; os lugares ganham personificações que, de certa forma, passam a esconder/atenuar as diferenças e particularidades existentes na complexidade das sociedades, principalmente das grandes metrópoles.

Tentando entender este processo, primeiramente conceituaremos o que consideramos por espaço público e apropriações do mesmo. Em seguida, discutiremos o conceito de representação social e como podemos utilizá-lo como instrumento para conhecer e estudar a cidade. Posteriormente, focaremos nossas análises especificamente em um parque público (Parque da Redenção ou Parque Farroupilha, que é atualmente o nome oficial, entretanto não o mais usual)<sup>1</sup> - localizado na cidade de Porto Alegre, junto à área central da cidade.

A Foto 1 nos permite observar essa proximidade do parque com o centro (ao fundo, junto ao Rio Guaíba), o que confere um visível contraste entre a paisagem

---

<sup>1</sup> Optou-se por utilizar, preferencialmente, o nome Redenção, pois segue sendo o nome afetivo e simbólico mais usado pela população, gerando, inclusive, algumas confusões por parte da mídia e do poder público, que, por vezes, utilizam um ou outro e, principalmente, para a autora que nunca se referiu ou se identificou com o nome oficial do parque.

densamente urbanizada da metrópole, com a da natureza, deste que é o maior e mais frequentado parque da capital. O parque é delimitado pela Avenida João Pessoa (esquerda), que vai em direção ao centro; pela Rua José Bonifácio (abaixo), que passa em frente ao Colégio Militar (prédio em destaque, retangular com um grande pátio central); pela Avenida Osvaldo Aranha (direita), onde se localiza o Hospital de Pronto Socorro (HPS) e o Mercado do Bom Fim; e ao final do Eixo Central do parque, na extremidade noroeste, próximo ao centro, na rotatória de confluência das Avenidas Paulo Gama e Setembrina, onde iniciam as dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



**Foto 1 – Vista aérea do Parque da Redenção**

(fonte: [http://camisetasaquareladas.blogspot.com/2010\\_09\\_01\\_archive.html](http://camisetasaquareladas.blogspot.com/2010_09_01_archive.html))

Todos esses elementos tornam ainda mais interessante e complexa a análise deste espaço público. A escolha do Parque da Redenção como recorte empírico se deu por duas razões principais. A primeira por se tratar de um espaço público extremamente simbólico para a cidade, e que carrega um papel de destaque na história da formação de Porto Alegre. E a segunda é de caráter mais pessoal, devido à proximidade física e afetiva da autora com a Redenção, onde tive a oportunidade de construir uma relação de sentimento e identidade com o parque e com a cidade.

Por tratar-se de uma proposta de análise objetiva da apropriação do espaço público e também subjetiva das representações sociais, definimos o parque

como recorte empírico para não ficarmos somente no plano das ideias, e para que haja uma aplicabilidade dos conceitos discutidos. Portanto, não consideramos este trabalho como um estudo de caso, por acreditarmos que a reflexão não se esgota ou se limita ao contexto estabelecido.

O principal objetivo que pretendemos alcançar com esta proposta é fazer uma reflexão teórica a respeito dos distintos usos e apropriações dos espaços públicos, reforçando ou contrapondo a teoria com base nas análises empíricas e das representações sociais expressas nas falas dos usuários do Parque da Redenção. Para isso, buscamos identificar como as pessoas veem e como se apropriam do parque (representação em função do uso) e em quais momentos a dominação dos setores hegemônicos se manifesta, ou não, dentro do espaço público (formas de normatização, institucionalização, opressão, homogeneização, etc.).

O processo de construção desta pesquisa parte de um diálogo conceitual inicial a respeito do que é um espaço público. Existem muitas acepções a respeito do termo, tornando assim necessária a nossa definição sobre o mesmo. Neste ponto, propomos uma abordagem sobre a relação entre o público e o privado, e as dimensões que caracterizam estes espaços, enquanto públicos, dentro do contexto urbano atual. Ainda que não existam restrições enquanto o uso, e que carregue um pretense sentimento de um espaço livre e democrático, não podemos deixar de considerá-lo enquanto um espaço que reflete a sociedade, onde a acessibilidade não é igualitária, onde existe dominação política e econômica, segregação social, especulação e pressão imobiliária, crimes, violência.

Posteriormente, incluiremos na discussão aspectos da produção do espaço público urbano, onde os espaços adquirem um papel fundamental como palco dessa relação conflituosa entre a dominação e a apropriação. São os lugares onde se manifestam as contradições e os conflitos, onde se publicitam as demandas sociais, e onde de fato as relações sócio-espaciais se expressam e passam a existir.

Por acreditar ser necessário superar o “estadocentrismo”, que domina o olhar inclusive dos observadores de esquerda (SOUZA, 2011), nos focaremos na dimensão cotidiana da produção do espaço, privilegiando as possibilidades de

apropriação e subversão do espaço público, contrapondo com a lógica institucional de dominação, de pacificação e homogeneização social. Concordando com o autor:

A abordagem analítica que propomos para o espaço público tem a sua base teórico-metodológica na produção do espaço urbano – a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, o espaço construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade. (SOBARZO, 2006, p. 94)

Não estamos aqui querendo negar o poder de dominação política e econômica na produção do espaço urbano. Em geral, até mesmo nossas próprias opiniões parecem, ao menos em parte, aprisionadas ao discurso e aos consensos institucionais e midiáticos (que também são produzidos e passíveis de apropriações e dominações). Entretanto, o cotidiano das pessoas é também influenciado por aspectos subjetivos – como, por exemplo, a estigmatização dos espaços e grupos sociais, os discursos e intervenções urbanas – que se relacionam direta ou indiretamente com a apropriação e uso do espaço público.

Posteriormente, reservaremos algumas páginas para conceituar as representações sociais e como a geografia pode, a partir deste procedimento metodológico, entender os conflitos sociais existentes que resultam em diversas representações da realidade sócio-espacial. As classificações e denominações expressam muitas vezes o imaginário urbano e exercem influência na percepção individual e social das pessoas em relação à cidade, e refletem na apropriação dos espaços públicos. Serpa (2007, p. 179) acrescenta que a principal contribuição das representações sociais como instrumento de análise do espaço seria: “explicitar as relações entre cultura e poder nos processos de apropriação social e espacial em diferentes escalas e recortes espaciais, assim como as múltiplas estratégias cognitivas dos diferentes agentes e grupos produtores de ‘espaço’.”.

Assim, entendemos que existem múltiplas percepções e possibilidades individuais e coletivas de subverter a lógica institucionalizada dos espaços públicos. Um mesmo lugar pode gerar inúmeras representações, conforme a multiplicidade de visões e apropriações que se possa ter, e assim extrapolam os próprios limites das classificações e das homogeneizações existentes. Entretanto, se estas representações não forem identificadas e confrontadas umas com as outras, é como

se elas não existissem, pois o discurso dominante sempre irá se impor sobre as individualidades, independente da escala temporal considerada.

A forma que encontramos para identificar a apropriação do espaço a partir das representações sociais da Redenção se baseou em dois pontos metodológicos importantes. As análises empíricas obtidas a partir das idas a campo, que se realizaram frequentemente durante todo o processo de construção da pesquisa. Nesses momentos buscou-se perceber no espaço diferentes situações, para isso houve uma preocupação em alternar dias e os turnos das visitas, já que os tipos de frequentadores e usos variam bastante dos dias úteis para os fins de semana, dos turnos diurnos para os noturnos, dos dias com sol, para os dias nublados ou chuvosos. Não foram realizados campos durante o turno da noite.

O segundo passo metodológico que nos auxiliou na identificação das representações sociais em relação ao parque da redenção foi baseado em um projeto chamado Redenção.cc. Esse projeto foi criado dentro da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), para ser um projeto piloto de resgate histórico e cultural, além de um fórum de discussão sobre os espaços públicos (cercamento do parque, por exemplo). Ele foi batizado de Wikiparque, pois se trata de uma plataforma colaborativa, na qual se propõe a construção da história do parque, através da percepção dos próprios frequentadores, principalmente, pelo potencial de difusão da tecnologia virtual e das redes sociais. O funcionamento ocorre pelas pessoas que alimentam o *site* com fotos, vídeos, textos, com suas histórias e sentimentos em relação ao parque. Segundo um dos idealizadores do projeto, o objetivo maior era criar a memória coletiva da cidade, e a Redenção<sup>2</sup> foi escolhida pela sua importância para a vida da cidade, além dos 150 mil frequentadores estimados a cada final de semana.

Além da dimensão virtual do projeto, durante dois meses, aos domingos, foram realizadas atividades presenciais, 30 oficinas, shows com bandas da cidade, mutirões de limpeza, em paralelo às tomadas dos depoimentos (70) e fotos (600). Estima-se que o alcance nas redes sociais, neste período, foi de 2,5 milhões de pessoas, além das 25 mil visualizações de fotos e de 9 mil vídeos. Em geral, os

---

<sup>2</sup> Reafirmando a questão anterior da nomenclatura, que é também uma forma de representação, o nome Parque Farroupilha praticamente não aparece em praticamente nenhum vídeo, texto, ou nos fóruns de discussão, vide o próprio nome do projeto.



vídeos abordam como as pessoas veem o parque, suas lembranças, seus sentimentos, suas preocupações e críticas. Existem fóruns a respeito do cercamento do parque, além disso, foi criada uma ferramenta onde as pessoas criam virtualmente o parque que idealizam para o futuro.

A possibilidade de realização de entrevistas como passo metodológico foi cogitada, entretanto, sabemos das dificuldades da realização de entrevistas (diretivas ou não) como metodologia de pesquisa. Somado a isso, ao constatar que havia disponível um projeto inovador, de grande qualidade, com inúmeros depoimentos espontâneos de diversas pessoas, anônimos e conhecidos de Porto Alegre, de todas as idades, desde crianças a idosos, com frequentadores, expositores, trabalhadores, optou-se pela utilização, transcrição e análise das falas já existentes.

A Figura 1 corresponde à página inicial do *site*, onde cada ícone conforme a cor corresponde a um vídeo, texto ou fotos. Ao abrir cada um destes, outros *links* aparecem com mais conteúdo relacionado. Em vermelho estão mapeados os principais pontos e recantos do parque, descritos à esquerda da tela. No lado direito aparecem às redes sociais relacionadas, onde se podem encontrar mais materiais, e abaixo disso a plataforma onde se permite a criação virtual do parque do futuro desejado. É permitido que qualquer pessoa inclua conteúdos, por isso o “.cc” que se origina do termo Creative Commons, um tipo de licença de propriedade intelectual criado para compartilhar conteúdos culturais com todos. Atualmente foi criada uma plataforma que abrange a cidade inteira, chamada Porto Alegre.cc (<http://www.portoalegre.cc/>), nos mesmos moldes, entretanto com abrangência da cidade.



**Figura 1-** Página inicial do site Redencao.cc  
(Layout da plataforma virtual colaborativa sobre o parque da Redenção)  
(fonte: <http://redencao.cc/>)

Essa tentativa de aproximação com múltiplas formas de ver e perceber a cidade se justifica muito em decorrência dos atuais processos de acentuada fragmentação. As relações sociais nas cidades têm se tornado cada vez individualizadas, o sentimento da vida pública, dos espaços comuns a todos têm modificado seu significado. Os bairros viraram alvo de disputas de grupos sociais pelos “seus direitos” de uso e pelos investimentos por parte do Estado. Ou seja, as cidades contemporâneas apresentam tendências de polarizações e um distanciamento social. A utilização inadequada do espaço público acarreta divisões excludentes, quando, por exemplo, o Estado se manifesta de forma desigual à medida que certas áreas recebem mais atenção e infra-estrutura do que outras. A falta de planejamento igualitário quanto à disponibilização de serviços e oferta de empregos acentua essas diferenciações sociais e espaciais.

Neste contexto, os discursos urbanos adquirem um grau de importância na leitura da cidade. Determinados lugares aparentam adquirir *status* de uso por uma ou outra classe, e parece que se criam barreiras invisíveis, onde as tipificações sociais determinam a qual grupo pertence o “direito” de se apropriar deste ou daquele espaço, em detrimento de outros grupos. Harvey (2008), em seu texto sobre *A Liberdade da Cidade*, nos mostra que a cidade vive de seus conflitos e fragmentações, que inevitavelmente se refletem em tensões civis, disputas do que

chama de diferentes noções de direitos afirmados e buscados. Entretanto, são nesses espaços onde “o direto à diferença” se manifesta, através dos choques de visões, formas, usos e desordens.

A tendência atual das parcelas mais privilegiadas da população é de um literal enclausuramento. O que se observa é uma proliferação desenfreada de condomínios fechados, *shopping centers* (que são considerados espaços de lazer público, entretanto, de definição questionável), e espaços privados de lazer, além de um aumento tanto em número quanto em dependência dos automóveis particulares. Essa tendência, em geral, justifica-se pela “falta de segurança” das cidades, entretanto é questionável até que ponto essa afirmação é totalmente verdadeira ou apenas mascara a imposição de um mercado que cria necessidades de consumo e estilos de vida, além de uma polarização social associada ao medo da diferença.

Por outro lado, as camadas menos privilegiadas economicamente da população encontram dificuldades de mobilidade devido aos altos custos dos transportes e de consumo, associado às grandes distâncias físicas entre moradia/trabalho. Também se sentem inseguras, tanto pela intimidação social quanto pela repressão policial. Em ambas as situações, o Estado não se faz presente em promover segurança à população, que temerosa, se isola, erguendo muros numa prática de autodefesa, tentando suprir a ausência do poder público. A isso se alia o medo e a incerteza de se conviver com pessoas completamente desconhecidas, de estranha procedência, de diferentes valores morais, culturais. A diferença assusta. Neste ponto, a segregação dos condomínios fechados encontra ponto comum com a segregação dos grupos que se reúnem nos bairros em razão de sua origem, que é a tentativa de criar uma identidade comum. Em nenhum dos dois casos o direito à cidade é garantido à população, assim surgem às seguintes questões: por quem a cidade esta sendo apropriada? E para quem esta sendo produzida?

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Como definir um espaço público?

Conceituar o que é um espaço público é uma tarefa bastante complexa. Apesar de ser uma discussão presente em obras de diversos autores, não podemos nos furtar de definir o que consideramos como espaços públicos.

Então, como definir o que é um espaço público? Inicialmente poderíamos pensá-lo como o oposto ao privado. Esta definição, entretanto, é insuficiente para sintetizar a complexidade conceitual que envolve tanto o termo “público” quanto o termo “privado”, que adquiriram com o passar do tempo novas acepções e significados, conforme os usos e apropriações que também se alteraram, simultaneamente.

Lavalle (2005) em seu trabalho sobre as dimensões constitutivas do espaço público propõem uma abordagem inicial - que ele mesmo define como pré-teórica - a partir de um estudo semântico sobre as mudanças e incorporações de significados do vocábulo “público”, durante seis séculos (XVI – XX). É interessante trazeremos essa referência para nossa discussão, pois em sua abordagem leva em consideração a representação do “público” e suas diferentes acepções adquiridas ao longo do tempo, principalmente em função das mudanças dos usos e dos espaços públicos em si.

A sistematização realizada pelo autor (Quadro 1) explicita a dicotomia e as tensões existentes em relação ao público, onde a precisão de seu sentido apenas se torna possível quando a “oposição com o privado lhe define fronteiras” (LAVALLE, 2005). São identificadas as dimensões que constituem o espaço público, todas vinculadas a três campos de significação geral – o social, o político e o comunicativo - entretanto deixa claro que apenas a conjugação de todas elas constitui propriamente o fenômeno público em sua totalidade, no sentido categorial do termo.

**Quadro 1 – Três dimensões constitutivas do espaço público – Análise Semântica**

<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é aberto irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluído das possibilidades de apropriação privada.	<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo.
<b>Próprio de Termos como:</b> parque público, via pública, transporte público, telefone público, mulher pública, casa pública.	<b>Próprio de Termos como:</b> bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública	<b>Próprio de Termos como:</b> publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público, em público, público (espectador)
<b>PRIVADO:</b> Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	<b>PRIVADO:</b> Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso	<b>PRIVADO:</b> Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de particulares
<b>Associa, Organiza Dicotomias como:</b> Casa x Rua, Conhecido x Estradnho, Fechado x Aberto, Família x Mundo, Segurança x Perigo, Moral x Direito	<b>Associa, Organiza Dicotomias como:</b> Particular x Geral, Interesse x razão, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade, mercado x Estado	<b>Associa, Organiza Dicotomias como:</b> local x geral, opinião particular x opinião pública, irrelevante x relevante, "irreal" x verosimilhante, ignorado x notório
<b>TENSÃO:</b> Espaço público como oposto ao mundo da privacidade: Público x Íntimo Privado (privacidade)	<b>TENSÃO:</b> Espaço público como oposto ao mundo da propriedade: Público x Privado Capital (propriedade)	<b>TENSÃO:</b> Espaço público como oposto ao mundo das particularidades: Público x Individual Privado (particularidades)
<b>Exemplo:</b> "Priver" (francês s. XIX): domesticar, amansar, amenstrar. V.gr. "pássaro privado" (não existe mais)	<b>Exemplo:</b> "Private" (francês s. XVI): privilegiado, de alto nível de governo.	<b>Exemplo:</b> "la cour e la ville" (francês s. XVII): audiência das obras de teatro ( <i>le public</i> aparece em meados do s. XVII).
<b>Real Academia Espanhola:</b> 1ª e 2ª acepções: "notório"; "vulgar ou notado por todos".	<b>Real Academia Espanhola:</b> 3ª, 4ª e 9ª acepções: "potestade, jurisdição de autoridade para fazer uma coisa"; "pertencente a todo o povo"; "comum do novo ou cidade"	<b>Real Academia Espanhola:</b> 10ª e 11ª acepções: "conjunto de pessoas aficionadas que partilham a mesma afeição"; "pessoas reunidas para assistir um espetáculo"

(fonte: Lavalle, 2005, p. 11)

Na primeira dimensão o público tem o significado de “vida pública”, daquilo que é aberto, de acesso irrestrito, como, por exemplo, os parques públicos, vias públicas, transporte público. Apresenta-se como oposição ao “privado”, no sentido de privacidade, intimidade, onde não existe direito externo de intervenção. Está associado a dicotomias do tipo casa x rua, família x mundo.

Com a evolução para uma sociedade de mercado, a segunda dimensão incorpora o significado de oposição à propriedade privada. O “privado” adquire o sentido capitalista do termo, incorporando a conotação de direito de uso através da compra. Sendo assim, o “público” se caracteriza pelo que é de interesse comum,

excluídas as possibilidades de apropriação privada, como o bem público, a propriedade pública, o poder público e a educação pública.

Já a terceira dimensão corresponde a uma incorporação de significados mais recente, relacionada àquilo que é amplamente difundido, no sentido de publicizar as informações, da publicidade, do conhecimento público, e estaria em oposição ao mundo das particularidades, por exemplo, a opinião particular x a opinião pública.

Em síntese, é uma separação entre uma dimensão social, onde se manifesta a liberdade cotidiana, a sociedade civil e suas regras de convivência; uma segunda dimensão política, promovida pelas instituições que atuam e regulamentam através do respaldo da sociedade, e passível de pena caso necessário; e a terceira dimensão seria a comunicativa, que tem o poder de criar “consensos e dissensos na percepção social do mundo” (LAVALLE, 2005, p. 16). Atuam promovendo o diálogo entre o social e a política, entre o mercado e o Estado, em um processo de mediação constante que se desdobra nas práticas sociais:

“O comunicativo” diz respeito aos conteúdos expressos, construídos e modificados nas interações sociais, graças às quais as pessoas elaboram suas percepções do mundo e sua atuação nele; no entanto, “o comunicativo” penetra no registro analítico da comunicação política assim que focado, nas sociedades contemporâneas, o papel cada vez mais relevante da intermediação entre o mundo das instituições políticas e a sociedade realizada pelos meios massivos de comunicação. (LAVALLE, 2005, p. 16).

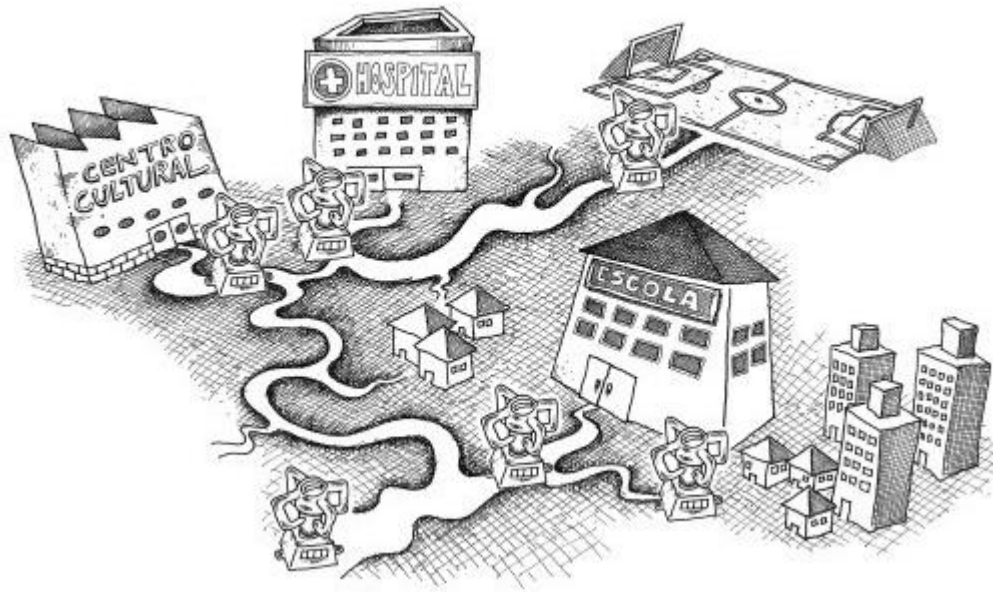
É interessante destacar o que o autor chama de “comunicativo” devido ao papel crescente da influência dos meios de comunicação nas relações sociais atuais. Em geral, aparecem com um papel de intermediário, entre a opinião pública e os governos, supostamente imparciais e democráticos. Entretanto sabemos que, muitas vezes exercem monopólio da informação e veiculação de imagens, notícias e assim adquirem poder de manipulação e criação de opiniões e necessidades. Associam-se com o poder econômico e atuam por interesses próprios, visando à reprodução e a manutenção do poder, como qualquer sistema dominante.

Apesar de conceitualmente existir essa relação de “fronteira” entre o público e o privado, não necessariamente na prática essa delimitação é tão visível. A própria função da dimensão comunicativa, que atua por concessões públicas,

defendendo interesses privados, financiando os políticos e influenciando a opinião pública é um exemplo desta relação complexa e relacional. Sistematizações como a de Lavallo nos auxiliam a lidar com a teoria para melhor entender a prática.

Por exemplo, como observamos no Quadro 1, o transporte público, está enquadrado na primeira dimensão constitutiva, por não haver restrições de entrada ou circulação, acessível a todos. Contudo, sabemos que neste caso a exclusão não ocorre por meio de restrições físicas, e sim devido à cobrança do serviço, ao qual nem toda a população tem acesso por não dispor de condições para pagar o seu custo. Já a educação pública, por exemplo, caracterizada como de dimensão política - de interesse comum e sem possibilidades de apropriação privada - apresenta outras formas de exclusão. Ausência de vagas, de verbas e de equidade de condições, ou até mesmo os preços dos transportes públicos que podem atuar como impedimento para os estudos. Isto porque, se a população não tem livre circulação ou dinheiro para pagar o transporte, acaba, conseqüentemente, sendo privada (no sentido de impossibilitar) de qualquer outro espaço público de “livre acesso”.

A Figura 2 foi retirada do site do Movimento Passe Livre (MPL) e explicita perfeitamente como o transporte coletivo contribui para exclusão e a imobilidade da cidade, através da catraca como uma barreira física e simbólica. O MPL é um movimento social nacional autônomo, apartidário e horizontal (segundo sua própria definição), que luta por um “transporte público de verdade”, gratuito e fora da iniciativa privada. A exigência é de que o governo subsidie o transporte, e que este seja pago através de impostos progressivos, como os outros serviços e espaços da cidade, que só poderiam ser considerados “públicos de verdade” se o transporte for gratuito para população. Acima de tudo, sabem que para além de uma questão financeira, o custo das passagens é essencialmente uma questão política, onde boa parte da população de maior renda não gostaria que existisse uma livre circulação e apropriação do espaço da cidade por outros segmentos de menor renda da população.



**Figura 2 – Por um mundo sem catracas**  
(fonte: <http://tarifazero.org/>)

Quando se fala em “espaços públicos”, em geral tendemos a pensar em parques, praças, ruas e vias públicas. Contudo, como vimos, o termo público aparece em muitas outras esferas do cotidiano, principalmente relacionada com os serviços prestados à sociedade, como transporte público, escolas e hospitais públicos. Nestes casos acabamos utilizando diversos termos indiscriminadamente como se fossem sinônimos. Talvez essas confusões - que acabam por reduzir as diferenças - sejam geradas pela falta de definição entre quais as reais competências do Estado (que também é ideológica e varia conforme a corrente que assume o poder). Pela ausência de delimitação clara entre onde começa e termina a esfera pública e a esfera privada, além de sobreposição e competição por interesses.

Buscando um melhor entendimento e clareza, podemos incorporar ao tema duas questões para aprofundarmos. A primeira se refere aos direitos básicos e de cidadania para a reprodução da vida cotidiana; e a segunda sobre a problemática da intervenção e dominação do privado na esfera pública.

No que se refere aos serviços, por exemplo, percebemos uma forte presença das parcerias público-privadas, conhecidas como PPP's, e autarquias, além da influência in/direta do capital privado no que se refere às políticas públicas urbanas em geral. Nota-se que não podemos considerar como de interesses ou



esferas necessariamente antagônicas. Segundo Sobarzo (2006), auxiliado por Martins (1994), o entendimento da relação entre o espaço e a dominação política no Brasil passa pelo entendimento histórico de constituição da propriedade da terra:

Nesse sentido, segundo Martins (1994, p. 21-22), no Brasil a distinção entre público e privado ficou restrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado, à esfera da propriedade e não dos direitos das pessoas, sem ganhar, contudo, clareza nessa distinção. Essa falta de diferenciação clara do público e do privado significa, do ponto de vista da dominação política, a invasão da esfera do público pelo privado, no intuito de reproduzir, ampliar e/ou consolidar as relações de poder. (SOBARZO, 2006, p. 4)

Essa ausência clara de distinção se reflete hoje no funcionamento da sociedade. Por um lado, o poder público muitas vezes se abstém de suas responsabilidades de interesse social, privilegiando em detrimento disso o poder privado, sob o falso pretexto de crescimento econômico. Este, por sua vez, se apropria da máquina pública para a reprodução de seus rendimentos, através de ganhos com incentivos fiscais, infra-estrutura, em troca, principalmente, de financiamentos e favores eleitorais.

No que se refere aos espaços públicos, essa dominação aparece quando eles passam a ser instrumentos de controle social, de especulação e valorização do solo urbano. A cidade se transforma em mercadoria, dentro de uma lógica publicitária de que precisa ser “vendida” para atrair investimentos. Essa tendência segue o chamado modelo de Barcelona, que se baseia em grandes investimentos públicos na revitalização de “espaços degradados”, o centro histórico como local de turismo, e no *marketing urbano*<sup>3</sup>, com a criação de espaços públicos com obras de arte, voltados principalmente para melhorar a imagem da cidade no cenário internacional e/ou a produzindo para o consumo das classes médias.

O próprio termo gestão, que vem freqüentemente substituindo o conceito de planejamento<sup>4</sup> dentro dos órgãos públicos, nos remete a uma ideia de administração privada de recursos. Além de pressupor um imediatismo de ações, tende a facilitar intervenção do mercado no solo urbano, até mesmo porque a iniciativa privada é menos burocrática e mais bem dotada de recursos que o Estado.

---

<sup>3</sup> VAINER (2000), VAINER e MARICATO (2002)

<sup>4</sup> SOUZA (2004)

Neste ponto, podemos explicitar uma dicotomia existente no âmbito do espaço público. Por estar imerso na lógica institucional, o espaço tende a ser normatizado, pacificado e homogeneizado, entretanto, do ponto de vista do cotidiano seria justamente o lugar da ação política, onde se possibilitam e se manifestam os conflitos e as expressões sociais. Segundo Jacques o espaço público não é um lugar de consensos, e a negação da existência do conflito evidencia a falta de vontade política do poder público em reconhecer as diferenças, para assim poder pensar uma política espacial efetiva e democrática de fato. Acaba se tornando um espaço que deveria ser para todos, entretanto produzido para poucos:

O importante aqui é perceber uma inversão de valores, de como esta pacificação de conflitos dos espaços privados securitários também passou a ser vista como um objetivo na construção das imagens dos novos espaços públicos, pensados como spots publicitários para turistas ou especuladores imobiliários. As imagens dos espaços públicos das cidades, quer seja Barcelona ou Salvador, veiculadas em seus sites oficiais, por exemplo, são também elas imagens de espaços pacificados e domesticados. Vários projetos recentes de novos espaços públicos ou de “revitalização”, a maioria com financiamento público, se pautam nesse tipo de imagem urbana. (JACQUES, 2009, p. 2)

Aqui podemos descrever duas situações diferentes, por um lado os espaços públicos mais antigos, que se modificaram e desenvolveram através da história junto com as cidades - como é o caso do nosso objeto de estudo, o Parque Redenção - e que muito provavelmente passaram por processos de mudanças, revitalizações, pacificações e intervenções urbanas. E há os casos dos parques e espaços criados mais recentemente, já pensados através da lógica de pacificação de conflitos, como bem destacou Jacques, vendidos através da construção de imagens de novos espaços domesticados e homogeneizados, que são literalmente vendidos a turistas e especuladores imobiliários. Em geral, são cercados, vigiados, com poucas áreas densamente cobertas por vegetação, para evitar criar ambientes que propiciem “usos indevidos” e dar mais segurança aos usuários. Possuem ajardinamentos e lugares específicos para cada atividade, tendem a assemelhar-se aos espaços privados de lazer, como *shoppings centers* e clubes privados. Um exemplo deste segundo caso é o Parque Germânia, em Porto Alegre, que foi construído como uma contrapartida de um investimento imobiliário do bairro Jardim Europa (bairro também criado de forma totalmente planejada, ao lado de um *shopping center*), com intuito de valorizar o próprio empreendimento.

É interessante pensarmos, qual é o significado do espaço público para as distintas classes sociais. Obviamente, cada pessoa incorpora uma significação diferente - abordaremos este tema posteriormente ao tratar das representações sociais - entretanto, podemos refletir sobre isso quando Serpa (2007, p. 38) nos diz que “o cotidiano se concebe como estratégia do Estado dirigida às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado”. De forma genérica e simplificante, podemos dizer que as classes baixas acabam sendo excluídas dos processos de apropriação destes espaços por falta de condições, principalmente, de arcar com os altos custos de mobilidade e de “consumo” da cultura e do lazer. Já as classes privilegiadas economicamente não têm o interesse em “se misturar” com as outras e, devido a suas condições financeiras e suas inseguranças, optam por utilizar espaços particulares e privados de convivência e lazer. Assim, podemos dizer que os espaços públicos são pensados como uma estratégia dirigida às classes médias, que em sua maioria se apropria destes espaços. Concordando com o autor:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. (SERPA, 2007, p. 9)

Assim, para fins metodológicos, quando nos referirmos aos espaços públicos, estaremos falando essencialmente das vias, ruas e calçadas, orlas, parques e praças públicas. Isto porque, apesar de acreditar que as escolas, universidades, hospitais, museus, bibliotecas, são públicos e de interesse comum da sociedade, eles se diferem, pois não são passíveis de apropriação total, no sentido de contestação contra a dominação. É outro tipo de espaço público, incorporados na dimensão política segundo a conceituação de Lavallo, altamente normatizados e regulamentados, que têm seu acesso mediado por regras que extrapolam as possibilidades físicas de uma apropriação livre. Já os transportes coletivos, ditos públicos, não os consideramos como tal, pois de público existe apenas a concessão do Estado para que algumas empresas explorem a oferta deste serviço. E, muitas vezes, acabam por atuar como impedimentos e barreiras para a livre circulação e mobilidade das pessoas na cidade, influenciando assim, diretamente os usos da cidade.

### 2.1.1 Sobre a produção do espaço urbano

*“A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoas que desejamos nos tornar”  
(David Harvey)*

Para pensarmos e refletirmos sobre os espaços públicos, inevitavelmente temos que contextualizá-los dentro da complexidade da produção dos espaços urbanos em geral, buscando um entendimento em relação à totalidade das relações sócio-políticas globais que o condicionam e o definem. Obviamente a apreensão da totalidade é uma tarefa extremamente complicada e nos remete a um problema teórico-metodológico de como realizar uma análise que se permita unitária, sem recorrer a fragmentações analíticas?

Para abordar essa perspectiva teórica recorreremos às contribuições de Lefebvre (2001). Essa perspectiva pode sintetizar-se no conceito de produção do espaço, onde o autor estabelece as relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana, sendo estas, ao mesmo tempo, produto e produção do espaço. Uma das grandes contribuições desta teoria se encontra justamente na incorporação da análise da reprodução das relações sociais - e para tanto, o parâmetro são as práticas da vida cotidiana na sociedade moderna – também como produtores do espaço.

Para o autor, o espaço tem um caráter paradoxal, ao mesmo tempo homogêneo e desarticulado. Por um lado, existe a fragmentação do espaço (particularidades, segregações, conflitos, valor de troca), e, por outro, a capacidade de produção do espaço em escala global. Esse paradoxo também é válido para a análise do tempo que, para além da escala temporal linear, possui distintos usos, que também podem ser comprados e vendidos, como, por exemplo, o tempo de lazer, o tempo de produção, o tempo de consumo, de trabalho. Trata-se então, de pensar a cidade a partir dessa relação espaço-tempo e lê-la através das expressões dos diferentes modos de comportamentos e hábitos. Pensar no processo da produção do espaço, conforme essa relação entre as possibilidades e formas de uso e os conflitos de interesse que orientam as ações do Estado.

É importante destacar a diferenciação para o autor entre o valor de uso e o valor de troca, onde: “oposição do *valor de uso* (a cidade e a vida urbana, o tempo

urbano) e o *valor de troca* (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares, dos signos)” (LEFEBVRE, 2001, p. 35). Somado a isso, o autor também distingue o que denomina de “*ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relação desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado)” (2001, p. 52). Assim, a apropriação da cidade pelos cidadãos e a vida cotidiana está relacionada ao valor de uso e à ordem próxima, sendo através da mediação e das representações do espaço que a ordem distante exerce a dominação, através do valor de troca e da sua produção orientada para a regulação e a manutenção do controle das práticas espaciais.

Lefebvre (2001) realiza uma abordagem a partir de três categorias gerais do espaço: a forma, a função e a estrutura. Estas categorias devem ser apreendidas a partir de três momentos: o da reprodução social, que seriam as *práticas espaciais*, que se configuram como a expressão e organização das relações sociais, de proximidade, o espaço vivido; as *representações do espaço* social, que é construído, onde a produção da sociedade, sob o domínio do capital, materializa-se na produção do espaço urbano; e os *espaços de representação*, que se referem ao espaço percebido, concebido, representado, a realidade urbana como um conjunto de signos. Além disso, sugere que a análise dos fenômenos urbanos requer o emprego simultâneo de todos os instrumentos metodológicos, em diferentes níveis e dimensões, seus sistemas de significações e contextos e tempos.

O espaço é constantemente resignificado e muda seu papel de importância temporalmente nas cidades conforme distintas produções do espaço urbano. Em geral, estas formas de produção do espaço urbano se relacionam com o a ideologia do modelo de produção e industrialização predominante. A urbanização aqui é tida como o objetivo da industrialização, e não pode ser entendida como um fim em si mesmo. Assim, a disposição do espaço urbano traduz as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, que por sua vez condiciona as relações de poder e as práticas sócio-espaciais.

Sabemos então que existe imposição dominante das forças hegemônicas (mercado, instituições, governos) e a apropriação por parte dos cidadãos (vida

cotidiana) na produção do espaço. Pensar nessa relação com uma linearidade seria no mínimo equivocado. A população e os movimentos sociais não atuam apenas como uma reação às políticas impostas, eles são formadores e condicionantes das políticas públicas e privadas, mesmo que muitas vezes indireta e inconscientemente.

Ora, as ações do estado e do capital – por mais que tentem “criar consensos” e definir quais são as necessidades, o que se entende por opinião pública – sempre são pautadas minimamente pelos anseios da população. O poder público pode até induzir, mas não tem a capacidade de definir e condicionar todos os fluxos de uma cidade. Ou seja, a relação de produção do espaço é complexa e não linear.

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43)

Os agentes sociais aos que o autor se refere, são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Segundo ele, estes grupos se relacionam através de interesses e contradições, que ora são comuns, ora são opostas e se realizam e se alteram em escalas espaciais distintas, entretanto não dissociadas entre si. Ele define o espaço como um produto de ações reais, por agentes concretos, que possuem papéis não rigidamente definidos, dotados de estratégias e que se influenciam mutuamente. Essa aparente neutralidade que é conferida ao espaço, o que ele chama de “mão invisível do mercado”, que supostamente condiciona a produção do espaço, nada mais é que interesses e estratégias próprias destes agentes, com maior ou menor grau de influência conforme as possibilidades e necessidades criadas e a escala analisada.

Para Ana Fani Carlos, a noção de produção adquire extrema importância, devido ao seu caráter de superação da visão clássica do espaço como mera localização dos fenômenos, para um espaço de “produção social”. Pensando o espaço a partir da organização dos grupos humanos, na natureza e no sentido dos

processos que constituem o espaço, este se converte em uma categoria essencial de análise para a compreensão do mundo contemporâneo através da Geografia:

A noção de produção, na perspectiva analisada por Marx e Lefebvre, permite reconstruir o movimento do conhecimento geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras. A análise do espaço coloca-se, portanto, como momento indispensável à compreensão do mundo contemporâneo. (CARLOS, 2011, p. 58)

Para Carlos, o espaço deve ser entendido como “produto, condição e meio”, nesse sentido a autora destaca a especificidade histórica como condicionante da reprodução da sociedade, e da influência que a produção material exerce na reprodução da vida. Compreende a reprodução do espaço social como necessidade para a afirmação e sustentação do próprio sistema capitalista - que é assegurado pelo Estado, que, por sua vez, produz espaços controlados - para manter a sua própria reprodução. O espaço é um produto, pela lógica capitalista que transforma toda a produção em mercadoria, onde todas as atividades do homem se redefinem em função da lógica de valorização do capital, o próprio uso passa a ser redefinido conforme seu valor de troca. A mercadoria penetra na vida cotidiana e a reorienta conforme suas estratégias onde a acumulação se torna uma imposição para a reprodução social, e uma das maiores fontes de alienação.

Neste processo dialético cheio de conflitos, podemos perceber a contradição do próprio modelo desenvolvimentista do capital, que acaba por se tornar seu próprio limitante, devido a seus excessos e a produção se sua própria escassez. Uma relação contraditória também existe na reprodução da vida cotidiana, que se confronta o uso dos lugares e os lugares produzidos como valor de troca.

Penso que a noção de produção/reprodução e o deslocamento do enfoque eminentemente econômico da noção de acumulação permitiriam considerar o movimento que vai da acumulação à reprodução como questão social: a) ultrapassando a compreensão do indivíduo como força de trabalho; b) superando a ambigüidade da compreensão do espaço reduzido à ideia de meio ambiente; c) pensando as lutas da sociedade como lutas pelo espaço, envolvendo apropriação contra a propriedade; d) iluminando as representações construídas sobre o espaço. [...] O pressuposto de uma compreensão da produção do espaço, a partir da Geografia, permite concebê-lo como *condição, meio e produto* da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade. (CARLOS, 2011, p. 62)

Conceber o espaço como produção social, e simultaneamente a condição e o meio para a realização das atividades humanas, seria então o pressuposto para o entendimento da sociedade a partir da geografia. Para tanto, além da superação do enfoque da mera localização dos fenômenos, para o entendimento de como se organizam, interagem e reagem os grupos humanos é preciso também identificar o papel do indivíduo como produtor do espaço. A materialização das relações e práticas sociais no espaço pode ser apreendida pelo estudo das representações, que, assim como o espaço são construídas, dominadas e apropriadas, extrapolando a ideia do espaço somente como meio físico.

Para Sobarzo (2006), apoiado na obra de Lefebvre, a produção do espaço pode ser lida a partir da oposição entre a dominação – política e econômica por meio das ações estatais, das elites locais e dos processos hegemônicos de acumulação do capital – e a apropriação – relações socioespaciais produzidas pelo uso e nas práticas cotidianas. Destaca que essa oposição não deve ser entendida como uma dicotomia, e só pode atingir seu significado quando as duas esferas são relacionadas e contrastadas. É um processo de entendimento similar ao que já havíamos conceituado anteriormente entre a relação de fronteira do público com o privado. Assim, o autor define:

Podemos pensar a leitura da produção do espaço público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos “vindos de cima” que alteram o caráter do público na cidade. No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia-a-dia, constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público. (SOBARZO, 2006, p. 11)

Com isso, entendemos que não seria correta a utilização da expressão de apropriação privada do espaço, pois consistiria em uma contradição conceitual, visto que os setores privados e as elites locais intervêm no espaço de forma hierárquica, produzem desigualdades e privilegiam a acumulação e a reprodução do capital. Segundo Sobarzo, a dominação pode ser analisada sob a perspectiva do “poder no espaço”, que seria o controle do espaço, a normatização e regulação do mesmo. E também pelo “poder do espaço”, que é produzido nas desigualdades e contradições da sociedade, e teria a capacidade de facilitar ou dificultar a dominação política.



Aparentemente, o poder dominante adquiriu na sociedade contemporânea um papel de transformação nunca visto, as associações entre o poder político, econômico e midiático ditam as “regras” da produção do espaço urbano, criam valores, necessidades e representam o mundo a sua maneira. Usam da estratégia de baixa intensidade, onde manipulam informações ou simplesmente às omitem (lógica do espetáculo, “o que aparece é bom, o que é bom aparece”)<sup>5</sup>, criminalizam movimentos sociais e a pobreza, dispersam a classe obreira, escondem as desigualdades, confundem repressão com segurança e, principalmente, nos fazem acreditar que não têm o real controle da dominação que exercem, e que os problemas do mundo são “culpa do sistema” (expressão utilizada pelo senso comum que resulta em um conformismo e desesperança de transformação, já que o mundo é “controlado” por um sistema perverso e invisível).

Entretanto, apesar de que com o crescimento das desigualdades políticas e econômicas e o poder de manutenção desta ordem cresça na mesma proporção, não significa que a apropriação não exista e não exerça influência neste processo. Por este motivo, os espaços públicos possuem um papel de destaque na produção do espaço, pois é neles que se refletem as tensões e conflitos da sociedade, justamente por ser legalmente regulado pelo Estado, dominado e induzido pelo poder econômico e apropriado e vivido pelas pessoas através das relações socioespaciais.

Antes de seguirmos em nossas reflexões, gostaríamos de deixar claro que, e talvez não tenha sido explicitado em momento algum, ao se referir à produção do espaço não estamos fazendo diferenciações entre o campo e a cidade. Essa dicotomia não se aplica a nossa perspectiva, que se propõe não parcelar, apesar de iluminar alguns aspectos em detrimento de outros. Contudo, não podemos desconsiderar a relação do campo na produção da cidade e vice-versa. Também passa por processos muito similares aos do urbano, de parcelamento e valorização do solo, investimentos públicos em infra-estrutura que beneficia o setor privado, êxodo de famílias pela pressão do mercado e falta de competitividade (talvez a

---

<sup>5</sup> Guy Debord (2008) *A sociedade do espetáculo*: “O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência.”.

maior diferença seja a ausência de espaços públicos apropriáveis e, por isso, foge do objetivo desta pesquisa). Nesta relação, o campo fornece alimento e matérias primas, enquanto a cidade fornece novas tecnologias e cria necessidades, influenciando um na estrutura do outro conseqüentemente.

### 2.1.2 Sobre a apropriação e subversão no espaço público

*“Materializar a liberdade é em primeiro lugar diminuir de um planeta domesticado algumas parcelas de sua superfície.”  
(Guy Debord)*

Consideramos como apropriação do espaço urbano não aquela de caráter dominante - que poderia ser mais bem definido como uma espécie de privatização do espaço – e sim, conforme Carlos (2011), “pensando as lutas da sociedade como lutas pelo espaço, envolvendo apropriação contra a propriedade”. Ainda nos valem das contribuições de Carlos, quando esta atribui ao conceito de apropriação como um dos mais importantes que “nos chegou de séculos de reflexão filosófica” e o define através da leitura conceitual de Lefebvre (1978 apud, CARLOS, 2011, p. 72):

A ação dos grupos humanos tem sobre o meio material duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. A dominação sobre a natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa esta natureza permitindo às sociedades substituí-las por seus produtos. A apropriação não arrasa, mas transforma a natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido e finalidades da vida social.

Nessa perspectiva, acreditamos que as possibilidades de interação/intervenção das pessoas nas cidades não são totalmente condicionadas e mediadas pela dominação dos interesses estatais e de mercado. Ao contrário, justamente quando esta lógica é subvertida e outras formas de apropriação, livre, democráticas se possibilitam, é que o conceito de “público” se “materializa”.

A produção urbana industrial tem ditado às regras do espaço e essa visão, baseada na acumulação e no valor de troca, se distancia da finalidade real do espaço que é a reprodução da vida humana. Esse afastamento da realidade urbana, essa desumanização das relações e a aparente neutralidade do espaço auxiliam a manutenção dessa ordem dominante e hierárquica. Sendo assim, é na perspectiva do plano do vivido, da horizontalidade que propomos uma revalorização de ações

que dêem sentido e identidade ao espaço. Nas possibilidades e limitações da apropriação deste, que se manifestam através das representações e do pertencimento adquirido pelos grupos sociais.

À Geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva espacial, isto é, a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial urbana para desvendar a realidade urbana em sua totalidade e as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade. Significa pensar o processo de reprodução do espaço urbano em suas várias dimensões. É nessa perspectiva que se coloca como fundamental pensar o sentido do conceito de *reprodução social do espaço urbano*, capaz de iluminar a armadilha da redução do sentido da cidade àquele de condição da reprodução do poder ou do capital, esvaziando de seu sentido humano e das contradições que despontam como lutas pelo espaço. É assim que a problemática urbana se refere ao homem e à sociedade, colocando a *apropriação do espaço* em primeiro plano. (CARLOS, 2001, apud CARLOS, 2011, p.67)

As formas de apropriação do espaço dependem de diversos fatores contextuais, no que se refere às diferentes origens e perfis sócio-econômicos, o estilo de vida dos moradores, a idade, o gênero e a orientação sexual. Somado a estes fatores, estão os de ordem espacial, de acessibilidade e de deslocamentos, como o local de residência e trabalho, determinante para condicionar os fluxos e o potencial de mobilidade das pessoas. Podemos diferenciar alguns padrões de apropriação do espaço público, o mais corriqueiro, individual e cotidiano, expresso pelo ato de viver, caminhar, sob o direito de ir e vir. Este tipo de apropriação ocorre em todos os momentos da vida, mesmo que inexista a consciência política ou coletiva da situação. O outro se refere à apropriação coletiva, que pode ter um caráter político contestatório, como manifestações e reivindicações sociais, ou associadas simplesmente ao uso, o lazer que podem oferecer os espaços públicos, como os destinados a práticas esportivas, parques praças.

Esta tentativa de uma rápida classificação serve para fins de análise, entretanto temos que pensar que todas estas manifestações ocorrem simultaneamente no mesmo espaço. Enquanto a cidade “vive”, as pessoas habitam os espaços públicos, com finalidades distintas, desde apenas se deslocar de um lugar para outro para estudar, trabalhar, descansar, se divertir. Há os que usam para habitar, como os moradores de rua que ocupam pontes, viadutos, calçadas, praças e espaços que propiciem a mínima proteção contra as intempéries climáticas ou

simplesmente onde ninguém os vá expulsar ou maltratar. Existe a apropriação dos trabalhadores informais, como os vendedores ambulantes que ocupam boa parte dos centros das metrópoles, por falta de empregos, ou para não ter de pagar qualquer tipo de custo locacional, e assim “disputam” os espaços com a fiscalização.

Ocorrem também às apropriações políticas contestatórias conscientes, que em geral reivindicam melhorias para a população ou expõem alguma causa para a sociedade. Ocupam preferencialmente os espaços públicos mais simbólicos, que propiciem uma maior visibilidade para a causa, como por exemplo, os atos por aumento de salários, diminuição das tarifas, greves, pedidos de verbas, repúdio a governantes, passeatas, ocupações para fins de moradia, de prédios públicos, entre outros. Há também a apropriação artística, lúdica, que em geral tendem a serem intervenções críticas e gratuitas, como teatros de rua, música, capoeira, dança, onde a intenção é justamente estar perto das pessoas, e convidar a todos que queiram assistir, participar ou intervir de alguma maneira no espaço.

Assim, como as apropriações que conferem um caráter positivo aos espaços, existem outras que de certa forma impedem e excluem outros tipos esperados de uso do espaço. A proliferação de atividades como prostituição, consumo de drogas, usos inadequados de moradia e satisfação de necessidades básicas de alguns usuários, passam a inibir o acesso universal da população a certos lugares pelo uso impróprio e a adulteração da função do espaço comum. Estas práticas, muito corriqueiras na maioria das grandes cidades brasileiras, são produto muitas vezes do abandono do Estado, tanto para o espaço físico quanto para as pessoas, que na ausência de alternativas recorrem a estas práticas degradantes. Mas, os espaços públicos refletem a sociedade e todos os seus conflitos, e negar e esconder a miséria humana (material e espiritual) seria cegar-se para os problemas reais, impedindo assim a busca para a transformação do mundo em um lugar onde as diferenças convivam sem submissões, que as injustiças e desigualdades diminuam, e que principalmente permita que nos transformemos todos os dias em pessoas melhores.

Podemos nos transformar apenas pela transformação do mundo e vice-versa. [...] A implicação é que nós, individualmente e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos, somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um

direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes quer não. [...] Mas, ao contrário – e é aqui que a dialética retorna para nos assombrar – a cidade nos faz sob circunstâncias urbanas que não escolhemos. Como poderia desejar um mundo alternativo possível, ou mesmo imaginar seus contornos, seus enigmas e charmes, quando estou profundamente imerso na experiência que já existe? (HARVEY, 2008, p. 14)

Como nos mostra Harvey, o direito à cidade é um direito de fazer a cidade de acordo com as nossas necessidades coletivas, é uma maneira alternativa (ao modelo atual socialmente imposto) de simplesmente ser humano. Sobre o questionamento do autor sobre como fazer e desejar um mundo alternativo, acreditamos que a simples apropriação cotidiana não dê conta de toda a demanda de alteração estrutural que o mundo necessita, para isso deve haver um pouco mais de organização, vontade política e principalmente criatividade para subverter a lógica capitalista dominante.

Assim, os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta se impor na cidade. O espaço da apropriação é o espaço do usuário; o espaço do vivido. A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, concretos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (abstratas, objetivas, dominadoras). (SOBARZO, 2006, p. 12)

Essa superação da racionalidade planejada e dominante a que se refere o autor está relacionada à tentativa de romper com as barreiras das normatizações, pacificações do espaço, vigiado e controlado. A produção de um espaço social (que é produzido e estruturado pelos conflitos da sociedade) não se resume em somente se apropriar, mas sim construir algo, talvez insignificante em aparência, mas que modifica e “abala” a estrutura do espaço existente, suas estratégias e objetivos. É um questionamento do planejamento urbano através de pequenas ações.

Existem diversos teóricos e movimentos que se dedicam a estudar esse tipo de intervenção e seu papel dentro da produção do espaço urbano. Um bom exemplo é a Internacional Situacionista (IS), que foi uma vanguarda artística composta por artistas, pensadores e ativistas que lutavam essencialmente “contra a não-participação a alienação e a passividade da vida moderna” (Jacques 2003, p. 13). Faziam uma crítica unitária da sociedade capitalista e ao urbanismo, e propunham uma nova concepção para a cidade. Acreditavam que as reivindicações revolucionárias de uma época estão diretamente relacionadas com a ideia de

felicidade que se tem. Um de seus expoentes e fundador foi Guy-Ernest Debord, contemporâneo de Henri Lefebvre, de quem suas teorias se acercavam pela ideia central de que se chegaria através da criação de situações (ou da reprodução social do espaço) à transformação revolucionária da vida cotidiana. Não por acaso foram próximos no início do movimento<sup>6</sup>.

Passados 50 anos da fundação da IS, não a vemos como uma teoria ultrapassada, ao contrário, suas ideias seguem atuais (todavia o excesso de racionalidade, funcionalidade e impessoalidade moderna não foi superado e sim agravado) e passam por um processo de revalorização dentro do meio acadêmico, com inúmeras publicações, traduções e releituras. Esses pensadores fizeram uma dura crítica ao urbanismo, já que segundo eles era no espaço urbano que se dava a repressão social e o urbanismo estaria a serviço dessa repressão. Também difundiram o conceito de psicogeografia, que foi definido como “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (DEBORD, 1955 apud FELÍCIO, 2007, p. 35-36).

Não existiu um modelo de espaço urbano situacionista - por acreditarem que um modelo acabaria imobilizando o próprio discurso que pregava a liberdade total de criação da cidade pelos seus habitantes - apesar disso, formularam inúmeras proposições para um novo urbanismo, para o trânsito, perspectivas para modificações conscientes na vida cotidiana, sobre a inserção da revolução cultural na construção das cidades, além da teoria da deriva como um método do caminhar livre e sem rumo para experimentar e apropriar-se das cidades, a partir da passagem rápida por ambiências variadas.

A ideia central do movimento pode ser sintetizada na construção de situações, ou seja, deve produzir sentimentos até então inexistentes, que manifestem e permitam que as pessoas deixem de se submeter ao meio e os padrões de comportamento atuais, e que estimule as pessoas a agir, abandonando a condição de mero espectador:

A orientação realmente experimental da atividade situacionista consiste em estabelecer, a partir de desejos reconhecidos com maior ou menor clareza, um campo de atividade temporária

---

<sup>6</sup> FELÍCIO (2007) e JACQUES (2003).

favorável a esses desejos. Só o estabelecimento pode esclarecer os desejos primitivos e o aparecimento confuso de novos desejos cuja raiz material será a *nova realidade* constituída pelas construções situacionistas. [...] Por esse método é possível fazer o levantamento dos elementos constitutivos das situações a construir: *projetos para o movimento desses elementos*. (IS nº1, 1958 In: JACQUES, 2003, p. 62-63)

Entendemos que a criação das situações objetiva a busca de manifestação e expressões livres que valorizem a criação de um espaço social, onde as pessoas participem ativamente na construção da própria vida. Ou seja, é a partir da descoberta dos desejos e a ideia de felicidade que as pessoas têm, que se podem identificar as possibilidades do espaço urbano para que estas relações se realizem. A leitura de como as pessoas se apropriam do espaço, ou como elas gostariam que eles fossem construídos deveriam ser a base para a produção e, porque não, do planejamento urbano, onde a participação ativa da população e a valorização do jogo, da diversão, do ócio, dos encontros não programados nos espaços públicos.

Algumas práticas reais do que podemos chamar de situações estão reunidas na Revista Urbânia (2008), que é um trabalho que aproxima projetos e intervenções urbanas nos espaços públicos de diferentes contextos, e que buscam “estimular uma percepção mais atenta da cidade e uma maior consciência das nossas possibilidades de ação” (KUNSCH, 2008, p. 4). Desde exemplos como o de um jovem que plantava girassóis em terrenos baldios e casas desapropriadas simplesmente para dar “vida” e cor para um espaço cinza e ocioso; a pessoas que montam mesas e cadeiras em praças, parques, estações de trem em Viena, e se reúnem para tomar café-da-manhã juntas e garantir a condição de público desse espaço. Ocupar com muitas bicicletas o canteiro central de uma das maiores Avenidas de São Paulo, fazer de terrenos baldios um espaço de convivência do bairro, ou realizar almoços coletivos nas praças, são outras possibilidades.

A grande maioria destas apropriações nos remete à necessidade de uma maior flexibilidade dos espaços públicos e de práticas que permitam múltiplos usos. Apesar de não promoverem mudanças estruturais no espaço urbano, se multiplicadas geram outro significado aos lugares, a partir destas situações que se infiltram no espaço e promovem um estranhamento, curiosidade, encantamento por

parte do público, que gera reflexões e novas percepções sobre o espaço público, para que estas práticas se multipliquem e tornem-se permanentes. É o uso e apropriação através do corpo, que materializa as relações sociais no espaço, e produzindo um mundo real e concreto a que se refere à autora:

[...] as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado dispêndio de tempo que se revela como modo de uso do espaço, em dois planos: o individual (que se expressa, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (a realização da sociedade), portanto, na dialética entre o público e o privado. A noção de apropriação, revelando-se em atos e situações. O uso se realiza através do corpo (o próprio corpo é a extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os “rastros” da civilização. (CARLOS, 2011, p 63)

Apesar destas ideias não revelarem um horizonte concreto e realizável, apresentam uma postura reflexiva e de ações diretas que utilizam espaços abandonados e/ou subutilizados das cidades como um instrumento para conseguir a transformação da sociedade e a democratização do espaço urbano. Devemos aceitar passivamente que as ruas mesmo vazias sejam “propriedade” dos automóveis, ou os terrenos baldios dos seus proprietários privados a espera de sua “valorização”? Devemos possibilitar que os espaços sejam ocupados a partir dos desejos e necessidades de convivência, e expandir estas práticas para a cidade. E por que não imaginar e desejar as avenidas e ruas que privilegiem os pedestres, ciclistas e os transportes coletivos, calçadas mais largas, arborizadas, em mesas e cadeiras nas ruas, espaços de descanso e leitura, espaços culturais, atividades ao ar livre?



## 2.2 As Representações Sociais

“Não existe nada na representação que não esteja na realidade, exceto a representação em si.”  
(Moscovici)

Os estudos das representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social, que se propõem a ser um ramo da psicologia que busca uma aproximação com as ciências sociais. É um campo transdisciplinar de pesquisa que está situado no encontro dos fenômenos individuais e coletivos, na tentativa de superar essa dicotomia entre a psicologia e a sociologia, entre o indivíduo e o coletivo para o entendimento das relações sociais. Deste modo, podemos dizer que as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo analisados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

O conceito de representação social foi introduzido por Serge Moscovici, em 1961, tornando-se um dos enfoques predominantes nos estudos da Psicologia Social. Considerada uma ciência mista, sofreu hostilidade tanto dos sociólogos ao “psicologismo”, quanto dos psicólogos ao “sociologismo” (MOSCOVICI, 2009, p.12). Durkheim defendeu anteriormente uma separação entre as representações individuais e coletivas, a primeira, objeto da psicologia e a segunda da sociologia, como forma de preservar a “autonomia” das duas ciências. Entretanto, Moscovici atenta para os fenômenos psicológicos, que não poderiam ser entendidos sem sua inserção dentro de um contexto social que produz e condiciona a compreensão individual das expressões sociais. Assim, as representações serviriam, segundo o autor, para designar os fenômenos múltiplos, observados em termos da complexidade individual e coletiva, ou psicológicas e sociais. É uma maneira de interpretar a realidade cotidiana, através do conhecimento da atividade mental dos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e a comunicação entre eles, em suma, o processo que estabelece a relação entre o mundo e as coisas.

Antes de realizar uma aproximação com a Geografia buscaremos, na proposta original de Moscovici, as bases para nosso entendimento sobre as representações sociais, para depois explorar suas possibilidades dentro de uma

análise geográfica da sociedade a partir da produção do espaço. Um ponto de convergência dos estudos é a clareza de que o espaço é um objeto de representação, ou “espaço concebido” de Lefevbre, que possui uma dimensão simbólica e um conjunto de signos que são capazes de regular e/ou justificar práticas e condutas sociais, e contribuir na construção das identidades. Ao analisar estas representações, pretende-se considerar o espaço como a objetivação destas representações sociais associadas às práticas de produção. Aqui destacamos que assim como o espaço, as representações também são objetos de dominação e passíveis de apropriações.

As representações sociais, segundo Moscovici (2009) são influenciadas por uma predisposição genética herdada da sociedade, pelas imagens, hábitos e recordações pessoais e pela categoria cultural do indivíduo. Com isso, afirma que não existe nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações, e nenhuma mente estaria livre de condicionamentos anteriores (impostos através da linguagem, da mídia, cultura, política): “nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções” (2009, p. 35). Atribui a esta afirmação que quanto menos consciência temos do poder de influência das representações, mais condicionados seremos por estas convenções, aceitando-as como realidade.

As representações sociais teriam duas funções principais: a primeira é na capacidade de convencionalizar os objetos, pessoas ou acontecimentos e qualquer elemento novo e incorporá-los a modelos de significação já mentalmente estabelecidos (pelos fatores de influência supracitados). E a segunda de que as representações se impõem sobre nós com uma força irresistível, fazendo com que sempre busquemos encontrar uma resposta pronta a todas as ações realizadas, bem sucedidas ou não, o que justificaria os comportamentos, facilitando dessa maneira a compreensão do mundo ao redor.

Segundo o autor, a forma com que apreendemos estas funções é realizada a partir de dois mecanismos que criam as representações sociais, a *ancoragem* e a *objetivação*:

[...] o primeiro mecanismo tenta *ancorar* ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar.  
[...] O objetivo do segundo mecanismo é *objetivá-los*, isto é,

transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. [...] Estes mecanismos transformam o não-familiar em familiar. (MOSCOVICI, 2009, p. 60-61)

Essa transformação do não-familiar para o familiar é, em síntese, a finalidade de todas as representações. A ancoragem seria um direcionamento interno, de classificar ideias estranhas, reduzi-las em categorias e imagens comuns (positivas ou negativas) na tentativa de conferir-lhes sentido e colocá-las em um contexto familiar de compreensão (generalizações ou particularizações) e sugerir comportamentos convenientes. Já a objetivação seria um direcionamento externo, de materializar o que está na mente para algo que exista no mundo físico, em uma espécie de domesticação do pensamento, ou seja, a reprodução de um conceito em um objeto. Neste ponto o autor destaca como ideias incomuns e imperceptíveis para uma geração se tornam óbvias para a geração seguinte, e baseia essa ideia no sentido de que após um período de tempo se possibilita uma familiarização das representações até então estranhas e “invisíveis”. Podemos pensar como exemplo em teorias que não são compreendidas no seu contexto histórico, e posteriormente são retomadas e assimiladas. Em síntese:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, dum gesto, ou dum reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado a, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica. (MOSCOVICI, 2009, p 10)

Assim, sugere que devemos estudar as representações para tentar descobrir a característica não-familiar que a motivou. Entender sua capacidade de influenciar e nos conduzir a uma nova visão e comportamento frente às relações sociais, o que só seria possível com o contato entre a novidade e o sistema de representações preexistentes, ou então, a absorver as novas representações e superar de antigos paradigmas. O autor sugere que os preconceitos e o conservadorismo de ideias são resultantes de um “filtro” cognitivo, que tende a ver somente os elementos que confirmam o seu pensamento. Aceitar novas representações da realidade pressuporia uma alteração em toda sua construção mental de referência, o que torna esta tarefa muito difícil.

Além disso, se as representações sociais forem menosprezadas na compreensão do mundo, seria aceitar que as relações sociais funcionam através de estímulos comportamentais, de ações e reações. Em realidade é justamente ao contrário, as pessoas e os grupos, longe de serem receptores passivos de informação, pensam, produzem e comunicam suas próprias representações e soluções para situações que eles mesmos se colocam. Em todos os âmbitos da vida cotidiana, nas ruas, em casa, no trabalho, formulam ideias que refletem em suas relações sociais, na maneira como levam a vida, educam seus filhos, se apropriam dos espaços e se submetem as dominações.

Torres (2009) trabalha com as representações sociais através de um método de associação livre, utilizado para identificar quais as representações mais recorrentes de alunos acadêmicos acerca da ciência geográfica. Relacionou as palavras e expressões mais citadas pelos alunos com o semestre em que estavam e as disciplinas cursadas. O estudo permitiu fazer uma análise do processo de entendimento dos estudantes ao longo do curso, como eles enxergam a geografia, e assim perceber as formas de assimilação e a construção do pensamento geográfico dos alunos. A partir das respostas obtidas foi possível questionar e inferir se falta leitura para os alunos, se estes estão ou não absorvendo e refletindo os assuntos desenvolvidos, se estes não levam a sério a universidade, ou então se talvez falte aprofundamento por parte dos professores. Destaca a importância de utilizar as representações, pois estas revelam as relações sociais ao mesmo tempo em que as produzem.

As representações sociais desenvolvem-se a partir de quadros de apreensão que geram os valores, as ideologias e os sistemas e categorias sociais partilhadas por diferentes grupos sociais; uma vez que formam e andam através da comunicação social; e, por fim, porque revelam as relações sociais em igual tempo que contribuem para a sua produção. (TORRES, 2009, p.68)

Serpa em seu livro *O espaço público na cidade contemporânea* dedica um capítulo para as representações, inclusive nos propondo uma “geografia das representações sociais”. Aborda a necessidade do espaço em ser cognitivamente “organizado” e decodificado para então ser incorporado à memória e as estruturas de representação. Faz uma ressalva às críticas de cunho positivista, à imagem enganosa a respeito da geografia do comportamento e da percepção, e destaca que “aliando-se” às ciências comportamentais nós, os geógrafos, passaríamos a dispor

de instrumentos conceituais e metodológicos muito úteis para nossos estudos, sem, no entanto reduzir ou centrar nossas observações nos aspectos do comportamento:

A questão central é não reduzir o comportamento à percepção, buscando metodologias de pesquisa que procurem dar conta do maior número possível de mediações que incidem sobre os (complexos) processos cognitivos, indo da vivência à experiência, do percebido ao vivido, e verificando quais estratégias estão na base das estruturas de representação dos agentes hegemônicos da sociedade. São estes últimos que detêm o poder dos meios de comunicação e das instâncias políticas de planejamento, interferindo nos espaços de representação, através dos espaços concebidos por eles próprios. (SERPA, 2007 p. 175)

O viés de análise proposto por Serpa se acerca ao de Jovchelovitch (2000), que trabalha com as representações sociais e a esfera pública, no âmbito da construção simbólica dos espaços públicos. A autora discute como as pessoas constroem as representações sobre a vida pública, e como essas representações se transformam em espaços simbólicos, e indaga como os sujeitos sociais se apropriam do espaço e o transformam. Para tanto, utiliza-se de entrevistas narrativas, grupos específicos e análise do conteúdo da imprensa como método. Considera as representações sociais como mediadoras entre o sujeito individual e o campo social, e seria, portanto, necessariamente um fenômeno radicado no espaço público e assim:

A vida pública, com suas instituições específicas, seus rituais e significados, é o *topos*, no qual as representações sociais desenvolvem-se e adquirem existência concreta. Quando isso ocorre, as representações sociais, elas mesmas, tornam-se constitutivas da vida pública. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 82)

Essa mediação ela é realizada através da comunicação cotidiana e midiática. A cultura e os repertórios simbólicos que uma pessoa carrega influenciam na experiência individual ou grupal em relação a um dado aspecto da realidade. A comunicação cotidiana gera as representações sociais através da dispersão de informação e pelas interpretações e tomadas de posições sociais. Já a comunicação midiática promove simetria e assimetria nas relações sociais, que geram as relações de dominação, que materializadas nas representações sociais produzem influências sociais, produção de consenso, e pelas ideologias, afetando diretamente a comunicação cotidiana.

Marcelo Lopes de Souza apresenta uma crítica ao conceito de representação social. O autor considera como conceito “fraco” por não comportar as contradições sociais, entretanto, não desprovido de utilidade, que no seu entender serviria para “elucidar e a narrar/descrever as construções discursivas de grupos específicos em meio à luta e aos conflitos no plano do simbólico.” (SOUZA, 2011, p. 160). Assim, devido o caráter espacializado e espacializante das representações, considera a denominação de representações sócio-espaciais mais adequada para entender os discursos e as palavras em seu contexto. Reconhecemos a pertinência deste conceito proposto para uma aproximação com a Geografia, embora tenhamos optado pela utilização do conceito original de representações sociais, devido ao nosso referencial teórico.

Assim, as representações sociais – que, no caso de imagens espaciais e discursos fortemente espacializados e espacializantes, merecem ser denominadas *representações sócio-espaciais*, termo que aliás já ocorreu a autores vinculados à própria Psicologia Social – participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social (ou melhor, sócio-espacial); elas nos envolvem, influenciam nossas reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no cotidiano e no senso comum. As representações são um campo de disputa simbólica, e as “significações imaginárias sociais” que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as “armas” simbólico discursiva dessas contendidas. *Ressignificar espaços é resignificar relações sociais e grupos sociais, e vice-versa*. O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é *legítimo* e aquilo que não é, aquilo que é *justo* e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) *legal*, ou aquilo que deverá ser *eliminado* ou *perseguido* ou, pelo contrário, *tolerado* e até quem sabe, *saudado*. (SOUZA, 2011, p. 160)

O autor reafirma, através das representações, duas questões abordadas por nós anteriormente. A primeira se refere como as resignificações do espaço permitem dar novos significados às relações sociais, e vice-versa. Entendemos que essas transformações se possibilitam por meio das apropriações e intervenções no espaço urbano, e que se possuírem um caráter crítico e lúdico, possivelmente adquiram um potencial maior de difusão. Agem sobre o comportamento afetivo das pessoas, tornando familiares práticas reflexivas sobre a função real do espaço, permitindo que se naturalizem e reproduzam, superando os usos estabelecidos, transformando-o. A segunda questão é sobre as classificações tomadas como verdades que conferem a grupos específicos “direitos” de usos, criando

especialidades segregantes. Os conflitos sociais estariam baseados numa luta de classificações que legitimem suas práticas diferenciadas.

### **3 O PARQUE DA REDENÇÃO**

A escolha do Parque da Redenção como recorte empírico deste estudo decorre da importância afetiva e simbólica que representa este espaço público para a cidade. Além de ser o parque mais antigo e tradicional da cidade, ele é também o mais freqüentado da capital, a administração do parque estima que até 200.000 pessoas cheguem a circular pelo parque em um fim de semana<sup>7</sup>.

Na tentativa de entendermos as representações, os usos sociais deste espaço público, apresentaremos inicialmente o parque, estado de conservação e os elementos atuais que o constituem. Posteriormente faremos um breve relato histórico que permita analisarmos os processos de produção e reprodução deste espaço, suas antigas formas de dominação que contraditoriamente possibilitaram a manutenção do espaço e sua apropriação pública futura, para então identificarmos as representações existentes.

#### **3.1 Características atuais**

O Parque da Redenção é administrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e foi tombado com 37,5 hectares como patrimônio histórico no ano de 1997. Entretanto, sua origem nos remete ao ano de 1807, quando sua área de 69 hectares, então chamada de Campos da Várzea do Portão, foi concedida a Câmara Municipal pelo governador da Província de São Pedro, Paulo da Silva Gama, com a finalidade de servir como potreiro para o gado que era vendido nos açougues da Vila.<sup>8</sup> Após isso, diversas atividades marcantes foram realizadas neste espaço, que a partir de processos de produção e reprodução do espaço e da sociedade se transformou e se consolidou como um dos maiores espaços públicos de referência desta cidade.

A área de maior circulação de pessoas no Parque, independente da época, clima ou horário é a dos chamados Eixo Monumental e Transversal, que associados ao grande lago se caracterizam como os elementos estruturadores do parque, desde sua concepção urbanística e de ajardinamento, implantados em 1935. O Eixo Monumental se desenvolve desde o Monumento ao Expedicionário (Foto 2) até o estacionamento UFRGS, apresentando um caráter geométrico e

---

<sup>7</sup> Entrevista 24, Anexo A.

<sup>8</sup> MENEGAT, R.; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDESI, L. A. D. Atlas Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 127.



simétrico, com a presença do espelho d'água central e inúmeros canteiros e gramados que o ladeiam. Esse eixo principal é seccionado pelo Eixo Transversal, que se estende desde o grande Lago (que conta com diversos parados, pedalinhos, além do Café do Lago, que antigamente abrigava o bicicletário) até o Auditório Araújo Vianna. O encontro dos dois eixos é marcado pela Fonte Luminosa, outro elemento marcante do Parque.



**Foto 2 – Eixo monumental e o monumento do expedicionário**  
(fonte: <http://www.flickrriver.com/photos/tags/reden%C3%A7%C3%A3o/interesting/>)

Existem hoje 38 monumentos, sendo que o de maior destaque é o já citado Monumento ao Expedicionário, que possui a forma de um arco do triunfo, e segundo o laudo de tombamento<sup>9</sup> foi resultado de um concurso público realizado em 1946, para homenagear os combatentes da Força Expedicionária Brasileira que participaram da Segunda Guerra Mundial. Existem muitos outros monumentos espalhados pelo parque que têm distintas origens e foram instalados em épocas diversas, alguns de referência militar, de políticos ou pessoas ilustres, como a estátuas e bustos em referência ao Almirante Tamandaré, Duque de Caxias, Marechal Mascarenha de Moraes, Assis Brasil, Annes Dias, Santos Dumond, Luiz Vaz de Camões, entre outros. Alguns foram presentes dados à cidade, como o da Colônia Libanesa e Israelita, o monumento Gaúcho Oriental, doado pelo Uruguai,

<sup>9</sup> O documento se chama “Instrução Detalhada do Tombamento”, que é uma descrição do objeto a ser tombado, do estado de conservação atual do parque, e a descrição de seus recantos, monumentos, auditórios e delimitações. Está inscrito na folha número 52 do Livro do Tombo do Município, e disponível em meio digital através da página virtual: <<http://www.aredencao.com.br/tombamento/tombamento.htm>>.

todos em homenagem a Exposição Comemorativa Centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. Posteriormente, algumas obras de arte que foram expostas em edições da Bienal do MERCOSUL foram doadas e permaneceram no local.

Apesar da presença de diversos monumentos, espaços de lazer, feiras, parque de diversões, a Redenção se destaca por ter uma natureza exuberante, com cerca de 10.000 árvores entre nativas e exóticas (imunes ao corte com respaldo da Lei Federal nº 4771, 65, artigo 7º<sup>10</sup>), um orquidário (inaugurado em 1953) que conta com mais de 2.100 exemplares de 86 espécies de orquídeas e bromélias que se localiza próximo ao Lago dos Pedalinhos que é habitado por carpas e tartarugas, e garante as condições de umidades necessárias para o desenvolvimento das plantas. Há também um Minizô, que foi criado em 1925, antes mesmo do decreto de fundação do parque, com uma área aproximada de 2.800 m<sup>2</sup>, e abriga aproximadamente 80 animais de mais 20 espécies, que foram doados ou apreendidos pelo IBAMA e o Batalhão Ambiental de tráfico e comércio ilegal<sup>11</sup>.

O parque ainda conta com o Estádio Ramiro Souto, implantado em 1939, é uma área esportiva, com quadras diversas e uma pista de atletismo. Alguns Recantos (Alpino, Europeu, Oriental, Solar), com influências diversas, com estátuas de Buda, dragões, um mini vulcão, uma rosa dos ventos, fontes, que se mesclam e ocupam os espaços mais escondidos, propiciando belas descobertas ao se caminhar pelo parque. O Café do Lago, que é um bar as margens do Grande Lago, local do antigo bicicletário, o Mercado do Bom Fim que reúne algumas lojas e restaurantes, e também abriga um parque de diversões, desde 1952.

Outro elemento que se destaca é o Auditório Araújo Viana, que foi construído em 1964, com capacidade para 4.500 pessoas, em substituição ao original que se localizava na Praça Marechal Deodoro (atual Praça da Matriz, ou também conhecida como a praça dos três poderes, centro político do Estado, onde estão localizados o Palácio Piratini, sede do poder executivo estadual, a Assembléia Legislativa, o Palácio do Ministério Público, o Palácio da Justiça, além da Catedral

---

<sup>10</sup> Código Florestal - Lei 4771/65, Art. 7º: Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de portamentos.

<sup>11</sup> Conforme página virtual da SMAM:  
<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p\\_secao=201](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=201)>

Metropolitana de Porto Alegre, o Theatro São Pedro, a Biblioteca Pública, e o Museu Júlio de Castilhos), e que foi demolido para construção do atual prédio da Assembléia Legislativa. Em 1996 o prédio ganhou uma cobertura, e atualmente está desativado e passa por reformas, a previsão de inauguração é em 2012. Durante muito tempo abrigou shows gratuitos e ao ar livre, e foi uma grande referência para boa parte da “cena musical” porto alegreense que se reunia nas redondezas do parque, na Avenida Osvaldo Aranha, onde se localizavam o famoso Bar do João, a Lancheria do Parque, o Escaler, o bar Ocidente, entre outros bastante conhecidos e freqüentados pelos jovens da capital.

Uma das atrações principais do parque, o Brique da Redenção, localizado na Avenida José Bonifácio, é uma tradicional feira que ocorre todos os finais de semana. Aos sábados acontece uma feira agricultores de produtos de sem agrotóxicos, além de alguns artesãos, e aos domingos o Brique propriamente dito, que atualmente é composto por 180 expositores de artesanato, 70 de antiguidades, 40 artistas plásticos e 10 bancas de produtos alimentícios<sup>12</sup>.

A feira começou no ano de 1978, originalmente compostas apenas pelos expositores de antiguidades, tinha o nome de Feira das Pulgas e foi inspirada em modelos já existentes na época como as feiras de San Telmo em Buenos Aires e o Mercado das Pulgas em Montevideú. Em 1982, os artesão e artistas plásticos começaram a expor suas obras, para então, em 1984 ser criado o regulamento da Feira de Artesanato do Bom Fim. No ano de 2005 foi sancionada a Lei 12.344 que declarou o Brique como integrante do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Neste ano de 2011 após uma parceria da Associação dos Artesãos do Brique da Redenção com a Prefeitura de Porto Alegre e a SMIC, foi realizado um projeto de revitalização da feira. Foram implantadas novas barracas padronizadas e um novo pórtico, com o logo dos patrocinadores (Grupo Walmart) e da Prefeitura da cidade. Desde 2006 a feira atua com um coletivo de vendas com cartão de crédito, onde algumas bancas são instaladas e realizam a cobrança dos expositores.<sup>13</sup>

A história deste parque, por vezes, se confunde com a da própria cidade, estabelecendo uma relação estreita com sua produção. Teve uma importância

---

<sup>12</sup> De acordo com a página virtual da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio – SMIC < [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p\\_secao=200](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=200) >

<sup>13</sup> Página institucional do Brique da Redenção na internet: <<http://briquedaredencao.com.br>>

destacável no âmbito urbanístico e arquitetônico, o que justifica o seu tombamento. Ainda hoje é o grande palco das relações sociais de Porto Alegre, desde os conflitos aos festejos, das manifestações coletivas, das passeatas e debates políticos, das diversas expressões sociais. Sua abrangência de uso e relações sociais extrapola o limite do bairro, sendo apropriado e sentido por “toda a cidade”.

### **3.2 Histórico do Parque. Como a dominação passada possibilitou a apropriação futura**

A Redenção, muito antes de ser considerada um espaço público nos moldes que conhecemos hoje, foi o cenário histórico de diversas manifestações culturais, religiosas e populares, palco de eventos, lutas e inclusive campo de batalhas. Localizava-se no único sentido possível de expansão urbana, já que a cidade era protegida pelo Rio Guaíba<sup>14</sup> ao norte, oeste e sul, e assim, sua área, que era inalienável foi envolta pela cidade e por diversos prédios institucionais de referência (igrejas, faculdades, escolas, hospitais). Sua história pode ser contada através de seus nomes ao longo do tempo (Várzea do Portão, Campos do Bom Fim, Campos da Redenção e Parque Farroupilha). Como sugere Moscovici (2009), para entendermos as representações devemos apreendê-las no momento de seu surgimento, por isso da pertinência deste breve apanhado histórico para nossos objetivos de compreender as razões que transformaram a Redenção neste espaço público e simbólico e afetivo que é hoje para a cidade de Porto Alegre.

A cidade de Porto Alegre nasceu, por volta de 1750, do que podemos considerar como um acampamento provisório de imigrantes açorianos, e ficou conhecida como o Porto dos Casais. Originalmente, eles iriam habitar a região das missões (que deveria ser abandonada pelos guaranis e pelos jesuítas espanhóis em troca da saída dos portugueses da Colônia do Sacramento), pois segundo o Tratado de Madri, na tentativa de acabar com as disputas entre espanhóis e portugueses

---

<sup>14</sup> Não pretendemos neste trabalho discutir a nomenclatura adequada para o Guaíba, entretanto, devemos destacar que já foi considerado um rio, estuário, e atualmente a teoria de maior aceitação é de que corresponde a um lago, sem haver, no entanto, unanimidade no meio acadêmico. Optou-se, por coerência, chamá-lo de Rio Guaíba, pelo mesmo motivo de representação social a que estamos nos referindo ao parque como Redenção. Por mais que seja uma discussão de conhecimento da população, esta continua referindo-se ao Guaíba como “rio”, inclusive a avenida que o ladeia se chama “Beira-Rio”, assim como o nome afetivo do estádio do Sport Club Internacional de Porto Alegre.

pela região de fronteira, estabeleceu que cada reino conservaria as terras que estivessem ocupadas. Entretanto, este tratado não chegou a ser implementado, e estes primeiros casais (a previsão era de até 4 mil casais deveriam ser assentados) foram abandonados a própria sorte. (COSTA, 1997)

A população da cidade viria aumentar, anos mais tarde, quando os espanhóis ocuparam o forte na cidade de Rio Grande, o que levou a população a fugir para então colônia açoriana. Os poderes oficiais foram então transferidos para Viamão, e posteriormente para Porto Alegre, que se transformou em um lugar estratégico a ser defendido em caso de ataques espanhóis. Como o único acesso por terra era ao leste, foi criada então uma defesa ao redor da cidade, e na verdade o que se acreditava ser uma muralha, nada mais era que um sistema rústico de trincheiras, com estacas defensivas, que começavam e terminavam as margens do rio (Figura 3). Esse sistema, também chamado de “muros da cidade” resistiu de 1772 até 1845 (COSTA, 1997, p. 40).



**Figura 3 – Planta de Porto Alegre, ano 1772**

(fonte: [http://fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/Diversos/MapasPlantas/Porto\\_Alegre\\_Planta\\_1772.htm](http://fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/Diversos/MapasPlantas/Porto_Alegre_Planta_1772.htm))

Devido à presença deste “muro”, a entrada para a cidade acontecia por um portão (localizado no atual Viaduto Loureiro da Silva), e para acessar este portão o viajante tinha de cruzar por uma várzea, o que originou o primeiro nome destinado a área, até então desocupada, a “Várzea do Portão”. Em 1807, a cidade adquire o *status* de Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e, poucos dias depois, o

governador Paulo José da Silva Gama doa a Porto Alegre a várzea, que nesta época era uma área devoluta ocupada pelos carreteiros que comercializavam gado na região, e não poderia ser alienada sem a autorização de Sua Alteza Real, Dom João VI.

Essa providência viria salvar o futuro parque, pois alguns anos mais tarde a própria Câmara, que havia solicitado a doação da área para a cidade, tentou lotear a Várzea (havia intenções diversas, de se construir cadeia, jardim botânico, um museu), e foram impedidos por Dom Pedro I, que veio à Província devido aos rumores de uma nova ameaça de guerra na fronteira, e achou prudente manter do local destinado para exercícios militares e defesa a entrada da cidade (AXT & SCLIAR, 2011). Cabe destacar que foi justamente este aspecto da dominação passada - através de um tratado Imperial, que inalienava uma parcela grande e importante da cidade para atividade militar e de segurança - que possibilitou a atual existência enquanto espaço público, e impediu que as forças econômicas e imobiliárias ocupassem e privatizassem a área.

Com a eclosão da Revolução Farroupilha, em 20 de setembro de 1835, onde estancieiros e milicianos revoltosos se levantaram contra o governo central, a Redenção foi palco de três cercos:

Eis que os campos da Várzea do Portão foram palco para algumas rusgas: em 15 de junho, em três de agosto e em 28 de outubro de 1839. Ali, farroupilhas e legalistas cruzaram lanças na disputa que decidiria o futuro do Rio Grande do Sul e do Brasil. No inverno de 1840, a Várzea presenciou nova escaramuça, em um pitoresco episódio, conhecido como a “Batalha dos tamancos”. (AXT e SCLIAR, 2011, p. 49)

Esse episódio pitoresco a que se refere ao autor, foi em um dos embates, onde o General Andréa, ao chegar a Porto Alegre, encontrou a cidade sitiada pelas forças opositoras. Com o objetivo de poupar seus soldados, convocou a população, desde pedreiros, carpinteiros, estivadores, açougueiros para combater. Como não possuíam treinamento militar, ao se encontrarem com alguns farroupilhas fugiram, abandonando pelo caminho sapatos, chinelos e tamancos, daí o nome da batalha. Em decorrência das tentativas frustradas dos farrapos em tomar à capital, ela recebeu o “título”, que consta inclusive na bandeira, de Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre.

Aparentemente contraditório, até hoje a cidade e o estado prestam homenagens e comemoram a “Semana Farroupilha”, em alusão aos feitos e a bravura dos liberais contra o fim das monarquias. Entretanto, sabemos que os ideais por trás da revolução não eram de fato tão progressistas e não tinham um caráter popular. Foi, em síntese, uma “revolução” de estancieiros por motivações econômicas contra o poder central que reduziu as taxas de importação do charque do Prata e aumentou as taxas do sal (insumo básico para a produção), o que revoltou os produtores, que então decidiram proclamar uma república independente no Rio Grande do Sul, fato esse que não se concretizou, e após 10 anos de resistência foram derrotados. Apesar de tudo, a herança desta época no imaginário da população, as representações que foram geradas, as tendências separatistas, o mito do gaúcho “bravo e peleador”, que lutou contra a dominação do império é muito visível até hoje, não só no imaginário como na estrutura urbana. O palácio do governo atual, por exemplo, se chama Piratini, o maior parque da capital, e palco de diversas derrotas, se chama Parque Farroupilha, existe uma rádio e um famoso colégio com este mesmo nome. Dezenas de ruas lembram personagens da guerra, como as avenidas Bento Gonçalves e Venâncio Aires, além de inúmeros monumentos espalhados por toda a cidade, e da própria bandeira do estado, de nítida inspiração nas cores e no brasão dos farrapos.

Passados os anos belicosos e as transformações da ordem econômica e social do país, a cidade apresenta sinais de mudança em meados dos anos de 1860. O estilo colonial dá lugar ao neoclássico, ocorre à chegada da água encanada e outras modernidades provindas das incipientes intensificações da vida urbana e da industrialização. Foi nesta época que os primeiros espaços públicos da cidade, principalmente as praças, ganham seus primeiros planos de embelezamento e ajardinamento, muitas vezes realizados pelos próprios moradores, além da arborização das ruas, e aberturas de novos espaços de convivência.

Em 1867, teve o início das obras de construção da Capela do Senhor do Bom Fim, e a antiga Várzea passa a ser chamada de Campos do Bom Fim, devido à proximidade com a Igreja do Bom Fim que estava sendo construída. Aqui podemos perceber que o nome da Várzea do Portão passou a ficar ausente de representação para os novos moradores. Quase um século depois da construção das trincheiras e do portão (que também já não mais existia), as áreas ao entorno da Várzea

passaram a ser ocupadas. A cidade se modernizava e se expandia, novos habitantes chegavam, e com eles novas representações sociais se produziam e transformavam. Assim, mesmo antes das obras da Capela se concluírem, já havia uma referência aos “Campos do Bom Fim” devido às festas e manifestações religiosas que se tornaram muito populares, e ali aconteciam.

Apesar de até então não ser considerado um espaço público nas termos que conhecemos hoje, a área passa a ser incorporada pela cidade e apropriada espontaneamente pela população. Nesta época, por volta de 1870, começava a ser erguido o prédio do Colégio Militar (primeiro desmembramento da várzea, que viria a perder mais alguns hectares para a construção, principalmente de prédios da Universidade Federal). É nessa época que surge a Carris, companhia de transporte público (bondes puxados por mulas que pastavam na várzea), e os primeiros hipódromos improvisados pela população. Em 1875, o local passa a abrigar também touradas, que durante muitos anos foi o principal divertimento da cidade, e arrastava multidões, além da proliferação do ciclismo como meio de transporte e esporte favorito da população, através dos velódromos que passaram a existir<sup>15</sup>.



**Foto 03** – Praça de touros – década de 1920  
(fonte: AXT e SCLIAR, 2011, p. 56)

<sup>15</sup> AXT & SCLIAR (2011) e COSTA, (1997)





**Foto 04** – Velódromo da união velocipédica, princípios do século xx  
(fonte: AXT e SCLIAR, 2011, p. 69)

Neste período de transições e modernizações do país emergiam, mais fortemente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, movimentos republicanos, contrários manutenção da sociedade escravista e do Império. Foi neste contexto que um grupo de porto-alegrenses realizou uma passeata em 12 de agosto de 1884 (um ano antes da libertação dos sexagenários e quatro antes da abolição geral do país), literalmente batendo de casa em casa, pedindo aos donos que libertassem seus escravos. Estes dias ficaram conhecidos como a “Semana da libertação” em várias cidades do Império, entretanto em Porto Alegre ela teve resultados surpreendentes, 870 pessoas liberaram seus escravos, tendo um senhor em especial que libertou 95 no mesmo dia. Alguns dias depois, em 7 de setembro, a Câmara Municipal considerava extinta a escravidão na cidade, e propõe a mudança do nome dos Campos do Bom Fim para Campos da Redenção, em homenagem à libertação dos escravos, como registro deste dia significativo para a cidade. (AXT & SCLIAR, 2011, p. 62)

Entretanto, este é outro episódio que foi superestimado em sua representação. Em realidade, muitos negros libertos sem ter para onde ir ocuparam e fixaram-se de forma precária em chácaras adjacentes ao parque na Colônia Africana (atual bairro Rio Branco). Muitos deles tiveram que comprar sua liberdade, trabalhando de graça para seus “patrões”, foram marginalizados da sociedade e

segundo o padre Neis “Os senhores deram baixa na coletoria, não pagaram mais impostos sobre os negros, mas continuaram a usá-los como escravos.” (COSTA, 1997, p. 107)

As transformações da sociedade e o ritmo da produção urbana se acentuaram. Foi proclamada a Abolição da escravatura e da República. Muitas ruas tiveram seus nomes trocados, em gestos simbólicos que dariam início a uma série de mudanças políticas, econômicas e arquitetônicas, sob a égide da ideologia positivista. A área recebeu seu primeiro grande evento, a Exposição Estadual em 1901(Foto 05), que reuniu aproximadamente 2.200 expositores de 60 municípios, expondo suas riquezas minerais, fauna, flora, indústria manufatureira, artes e ciência. Foi nessa ocasião que a área recebeu seu primeiro ajardinamento. Assim os Campos do Bom Fim foram subitamente “descobertos” e a cidade começou a crescer nesta direção e começou a formar o que Scliar chamou de “cinturão institucional” ao seu redor. Foram construídos no entorno a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina, o Templo positivista, o colégio Júlio de Castilhos, o Observatório Astronômico da UFRGS, fora o Colégio Militar, a Igreja do Bom Fim, a Santa Casa que ali já se localizavam, entre outros. Também era muito comum antigamente as famílias aristocráticas na Europa terem seus próprios parques particulares, este fato significava um status de nobreza. Em Porto Alegre, houve o que podemos chamar de certa adaptação, onde as pessoas, por não possuírem seus parques privados, ao menos moravam nas cercanias do parque.



**Foto 05** – Exposição estadual de 1901  
(fonte: AXT e SCLIAR, 2011, p. 68)

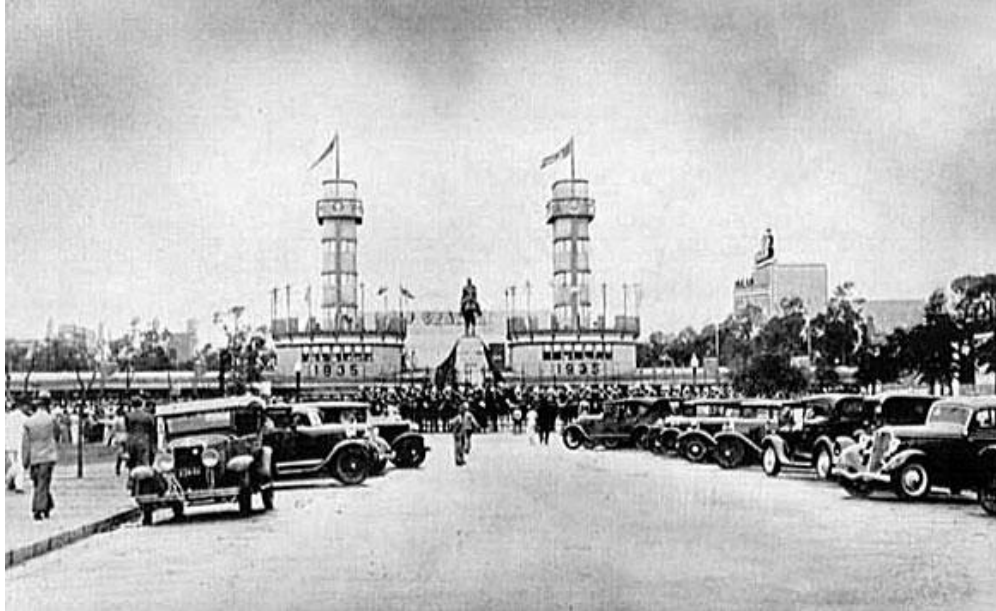
Apesar de esta exposição de 1901 ter sido algo grandioso para a época e para a cidade, o primeiro olhar sobre a Redenção no sentido de urbanizá-la aconteceu em 1914, através de um Plano de Melhoramentos e Embelezamento da Capital, realizado por Moreira Maciel<sup>16</sup>. Este projeto acabou não se consolidando, e foi contratado então o arquiteto francês, Alfredo Agache, que criou um novo Anteprojeto de Ajardinamento do Campo da Redenção. Posteriormente houve uma adaptação dos dois projetos, e resultou no que viria a ser o Parque da Redenção hoje.



**Figura 04** – Anteprojeto de ajardinamento do campo da redenção  
(fonte: AXT e SCLIAR, 2011, p. 96)

Entretanto, foi em 1935 que a cidade realizou seu evento mais espetacular já visto, a Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha. A Redenção se transformou num cenário de cinema. Um milhão de visitantes se juntou aos quase 250 mil habitantes e “passearam entre grandes pavilhões, seis vezes mais iluminados do que o total das ruas da cidade. Conheceram produtos de 3.122 expositores de vários estados, visitaram a instigante exposição cultural e arriscaram a sorte em dois apinhados cassinos.” (AXT e SCLIAR, 2011, p. 97).

<sup>16</sup> Na página virtual da Prefeitura Municipal de Porto Alegre aparece a evolução dos projetos de planejamento urbano, onde esse anteprojeto é considerado o primeiro, até chegar ao atual Plano Diretor. Incluía abertura de ruas, calçamentos, melhorias urbanas, e sobre a Redenção, previa uma urbanização e embelezamento do parque, para que servisse então, finalmente como um espaço público para a cidade. <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=125](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=125)>



**Foto 06** – Exposição do centenário da revolução farroupilha  
(fonte: Livro AXT e SCLIAR, 2011, p. 98)

O pórtico de entrada foi construído próximo a onde hoje se localiza a Reitoria da UFRGS. Os pavilhões foram erguidos nas laterais do eixo monumental, que fora construído, com seu espelho d'água e sua fonte luminosa para a ocasião. Detalhe para a foto 06, ao centro do pórtico está à estátua eqüestre em homenagem a Bento Golçalves, posteriormente ao fim do evento foi deslocada para frente do Colégio Júlio de Castilhos, e lá permanece.



**Foto 07** – Panorama geral da exposição à noite  
(fonte: <http://ronaldofotografia.blogspot.com/2010/09/panorama-da-exposicao-farroupilha-noite.html>)

A foto 07 é muito interessante e nos permite ter um panorama geral da Exposição. Em primeiro plano está a fonte luminosa em funcionamento, seguindo pelo eixo central até o pórtico de entrada ao fundo, quase imperceptível. À esquerda

está o anfiteatro acústico (prédio circular), seguindo por todos os pavilhões, dos estados, das indústrias, da agricultura. O que mais se destaca na imagem é o contraste da iluminação dos pavilhões em relação à cidade ao fundo, praticamente às escuras. Na foto 08 podemos mensurar a magnitude do evento pelas proporções do cassino, que eram dois.



**Foto 08** – O cassino da exposição  
(fonte: AXT e SCLIAR, 2011p. 102)

Foi por causa deste evento que o parque recebeu sua denominação atual de Parque Farroupilha, pelo Decreto Municipal 307/35 (AXT e SCLIAR, 2011, p. 107). Posteriormente a exposição, em 1938 o Parque ganha o caráter de espaço público, urbanizado, ajardinado. Muitos elementos foram incorporados com o passar dos anos, entretanto sem alterar a configuração original do parque, preenchendo os espaços com recantos, pracinhas infantis, quadras esportivas, o auditório, bicicletário, pedalinhos, um parque de diversões, o monumento dos expedicionários. Por todo seu histórico e importância na vida da cidade a Redenção nunca perdeu seu papel de centralidade da vida pública.

Podemos pensar que se a população não tivesse se apropriado espontaneamente deste espaço, cedo ou tarde o governo cederia às pressões para a ocupação e loteamento do mesmo. O entendimento de que a cidade necessitava de espaços de convivência melhores e dotados de infra-estrutura provavelmente está associada aos usos a que estava sendo destinada a área. As festas, passeios, manifestações religiosas, eventos, em suma, a vida cultural e política que estava

acontecendo e consolidou o caráter público daquele espaço. Esse papel simbólico e relação de afetividade do parque com a cidade não é casualidade, é resultado de uma reprodução do espaço social continuada, desde o início da ocupação urbana até os dias de hoje.

### **3.3 A Redenção em seu contexto atual**

Dentro do contexto atual, a Redenção vai nos servir de subsídio para entender e exemplificar como ocorre a apropriação do espaço público a partir dos distintos usos; como se manifestam os conflitos de ordem política; e como este espaço é visto e representado pela população; e de que forma ele é objeto de dominação política e econômica. O resgate histórico que foi feito, nos serviu para identificar o histórico das representações, e a origem da relação de afetividade e pertença com a cidade.

Faremos uma leitura da produção deste espaço público a partir da perspectiva que sugere Lefebvre identificando a forma, a função e a estrutura do parque a partir de três momentos: das práticas espaciais (espaço vivido), das representações do espaço (espaço construído) e dos espaços de representação (espaço concebido). Para isso caracterizaremos *as práticas espaciais* a partir de análises empíricas obtidas nos trabalhos de campo sobre a espacialização e a organização destas relações sociais; *as representações do espaço* expondo o funcionamento e a normatização sob o ponto da dominação do capital, que se materializa na produção institucionalizada deste espaço; e por fim, identificar os *espaços de representação* através da análise das representações sociais expressas nas falas dos frequentadores do parque, como eles enxergam e se apropriam do parque.

#### **3.3.1 As práticas espaciais**

O Parque apresenta distintos padrões de uso, conforme o dia, o horário, ou a estação do ano. Durante os dias de semana, principalmente por volta do horário de almoço, muitas pessoas aproveitam seus intervalos de trabalho e de aulas para descansar e passear pelo parque. Aos fins de tarde (mais fortemente nas estações quentes do ano) há um número mais significativo de pessoas desfrutando

os espaços de lazer e descanso. A proximidade com o centro da cidade, com a UFRGS e alguns colégios (Militar, Julio de Castilhos, Instituto de Educação, etc.) lhe confere um movimento quase que constante de gente, pequeno se comparado aos fins de semana, entretanto significativo (devido ao baixo movimento não há praticamente a presença de ambulantes e artistas de rua, entretanto a polícia circula com bastante frequência, em viaturas e bicicletas).

Cotidianamente existe um fluxo natural de transeuntes. Como o parque se localiza entre avenidas de muita movimentação de carros e pessoas, a opção de cruzar de um lado ao outro se torna mais agradável quando feito por meio das árvores. A apropriação dos espaços, os usos esportivos e os passeios com animais de estimação durante a semana é principalmente realizada pelos moradores do entorno, é possível encontrar jovens e idosos passeando de bicicleta, realizando caminhadas, todos os dias, como em qualquer espaço público de bairro.

Durante a semana o movimento se concentra no eixo monumental, que é o lugar mais aberto e de maior circulação. As pessoas evitam utilizar os caminhos mais “alternativos” por entre as árvores e os recantos mais isolados devido à presença de moradores de rua e de suposta insegurança (muito provavelmente os motivos estejam associados na constituição desta representação – presença de moradores de rua, baixo policiamento e baixa circulação de gente lhe confere um caráter de um lugar perigoso, mesmo que talvez não existam índices de violência que o afirmem).

Aos finais de semana a dinâmica do parque se altera, deixa de ser um lugar tranquilo e silencioso para se tornar um espaço de convivência dinâmico, agitado e frequentado por muitas pessoas. Pelas manhãs, o Brique é o grande atrativo para o público (Foto 09). A Avenida José Bonifácio, onde a feira se localiza, tem seu fluxo de automóveis interrompido pelo órgão municipal de trânsito, para que as pessoas circulem livremente. Mais do que consumir os produtos expostos, os frequentadores vão simplesmente passear, observar os artistas de rua, tomar um chimarrão (Foto 10).



**Foto 09** – Pórtico de entrada do Brique da redenção  
(fonte: acervo próprio)



**Foto 10** – Frequentadores do parque da redenção  
(fonte: acervo próprio)

O Brique é um espaço onde a relação do público com o privado se confunde. Inicialmente, criada por expositores autônomos, conhecido por seus produtos artesanais e alternativos, foi com o passar dos anos cada vez mais institucionalizado. Atualmente, existe toda uma regulamentação dos expositores, que devem passar por uma triagem realizada pela prefeitura, que permite que estes exponham seus produtos de forma regularizada. Este ano, o grupo Wal-Mart entrou



de patrocinador da feira, em uma parceria junto à prefeitura e a associação dos feirantes, padronizou todas as bancas e substituiu os pórticos de entrada, por outros que contém publicidade. Existe também uma parceria com uma empresa de cartões de crédito, em que algumas bancas para efetuar os pagamentos foram instaladas ao longo da feira permitindo um aumento do consumo e um melhor rendimento para os comerciantes, entretanto exige em contrapartida um atrelamento às empresas privadas que patrocinam estas ações.

Paralelamente à feira se encontram os ambulantes: vendedores de pipocas, bebidas, algodão doce, brinquedos etc., além de mini-feira de artesanato indígena e dos artistas de rua que “disputam” a atenção e a contribuição dos frequentadores (Fotos 11, 12 e 13). Muitos destes artistas já são conhecidos personagens da cidade, que todos os finais de semana estão lá, expondo seu trabalho e se apropriando do espaço. Há uma oferta espontânea de arte, atividades lúdicas, bandas inteiras tocando música, grupos de teatro, rodas de capoeira, estátuas vivas, desenhistas, malabaristas, palhaços, um verdadeiro espetáculo a céu aberto, extrapolando os usos e as formas de controle do espaço.



**Foto 11 – O Brique da redenção e os artistas de rua**  
(fonte: acervo próprio)



**Foto 12 – Teatro de rua**  
(fonte: acervo próprio)

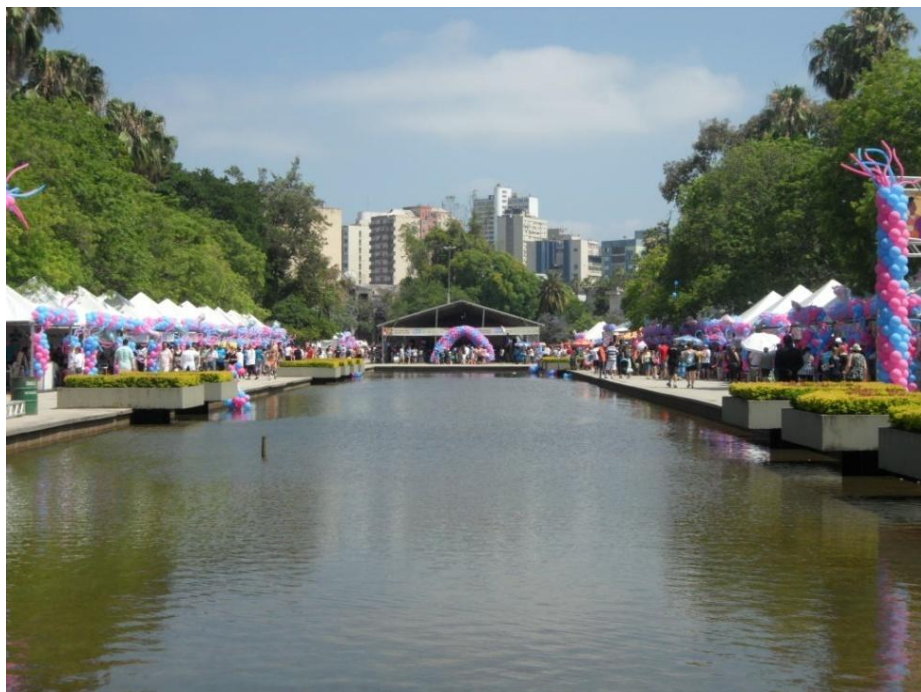


**Foto 13 – Apresentação musical**  
(fonte: acervo próprio)

Ainda na região da feira se localizam tendas de diversas ONGs, algumas delas que cuidam de animais abandonados. Neste local específico, antigamente, era muito comum a venda de animais, sem nenhum tipo de regulamentação, que posteriormente foi proibida. Há também barracas de entidades religiosas, políticas, sindicatos que ali tentam dialogar com as pessoas, difundir suas práticas e conquistar novos simpatizantes.

Durante a época de eleições, é muito comum a presença de políticos em campanha, passeatas e distribuição de publicidade eleitoral. É um espaço propício para uma aproximação com os eleitores, entretanto gera muita controvérsia e críticas, pois estas aglomerações trancam a rua, tiram o espaço dos artistas e vendedores, além de deixarem muita sujeira pelo caminho.

A Redenção é também anualmente palco de eventos maiores, como por exemplo a Parada Livre (ou Parada Gay), onde milhares de pessoas se reúnem pela liberdade da diversidade. Outros momentos importantes são os aniversários da cidade (com um grande palco e concertos gratuitos), eventos de saúde, da mulher da criança, com campanhas de conscientização, promovidos pela prefeitura (Fotos 14 e 15). Muitas manifestações políticas têm como local de encontro o parque. Recentemente ocorreu a marcha pela descriminalização da maconha, a marcha dos indignados, encontro dos professores em greve, caracterizando o espaço como evidenciador de conflitos e demandas da sociedade, em sua grande maioria em oposição ao governo.



**Foto 14** – Evento pela saúde da mulher  
(Evento educativo promovido pela Secretaria de Saúde)  
(fonte: acervo próprio)



**Foto 15 – Concerto no parque**  
 (Concerto da Orquestra de Câmara patrocinado pela Unimed)  
 (fonte: acervo próprio)

No que se refere aos grupos sociais que frequentam o parque, é possível identificar algumas especialidades. Existe convivência cordial e harmônica do espaço pelos grupos sociais, entretanto não se pode dizer que exista uma real interação entre eles. Criam-se espécies de concentrações de determinados grupos, como, por exemplo, grupos de jovens *punks*, “emos”, que se encontram aos fins de tarde no monumento do expedicionário para confraternizar, namorar, tomar bebidas alcoólicas e tocar instrumentos. No outro lado do eixo central se reúnem jovens malabaristas e de artes circenses, que se reúnem para praticar e trocar experiências, para citar alguns exemplos de singularidades do espaço por diferentes práticas culturais.

Para as crianças e as famílias existem muitos espaços de convivência (Foto 16), são diversas áreas de recreação infantil, dotada de diversos brinquedos, balanços, escorregas, além do Parquinho da Redenção (Foto 17) e o MiniZoo. Há também um espaço destinado aos idosos, que oferece aparelhos para exercícios físicos, além da Sociedade Esportiva Recanto da Alegria (Soreal), que é composta

na sua maioria por senhores, o valor da associação é R\$ 5,00 mensais, e promovem jogos de bocha, xadrez, cartas, dados, damas.



**Foto 16 – Apropriações cotidianas**  
(Famílias aproveitam o dia sob a sombra das árvores)  
(fonte: acervo próprio)



**Foto 17 – Parquinho da redenção**  
(Famílias aproveitam as opções de lazer)  
(fonte: acervo próprio)

Esse tipo de práticas sociais são as situações que subvertem os usos pré-determinados a que nos referimos anteriormente. O simples ato de levar uma cadeira ou sentar para descansar em um banco reflete um desejo de tornar a cidade parte do cotidiano, de valorizar o uso ao invés do consumo. O poder público de certa forma promove eventos, atividades culturais e lúdicas, entretanto não supre essa necessidade em sua totalidade, nem de forma igualitária. O caso da Redenção difere de muitos outros, por ser um lugar simbólico e de grande uso, a opinião pública ali expressa representa uma amostra significativa da população e assim o Estado se faz presente.

A distribuição de investimentos e a atenção dispensada pelo governo não é igualitária para os espaços públicos. A Redenção é um caso particular, temos de estar cientes que as possibilidades de uso e os motivos que orientam as ações do Estado em outros espaços da cidade não seguem o mesmo padrão, principalmente se compararmos a espaços periféricos e marginalizados da cidade. Anteriormente, concordamos com Serpa quando este se referiu ao espaço público como dirigido às classes médias, já que são elas que “decidem” eleições, influenciam a opinião pública e pressionam o poder público. Nesse sentido, poderíamos dizer que a Redenção é um produto direto destes interesses.

É importante que o significado e a racionalidade da cidade possam nascer do seu uso, no curso da vida cotidiana, envolvendo nos processos decisórios as pessoas diretamente implicadas em cada diferente situação. A ocupação de determinados espaços os “liberta” de seus usos pré-determinados e assim, revela outras e múltiplas possibilidades destes espaços, ilumina novas potencialidades de apropriação. Quando as práticas lúdicas e culturais se tornam corriqueiras, deixam de causar estranhamento e se reproduzem com maior facilidade, ocupam espaços, conferem significado à vida. Cabe à população estimular essas práticas, ocupar e criar novos espaços de reprodução social. A Redenção nos permite identificar essa relação de apropriação do espaço em um estágio já consolidado, cabe a nós pensarmos em como expandir para outros âmbitos da cidade e da vida cotidiana. Naturalizar os usos de lazer e valorizar o ócio.

### 3.3.2 As representações do espaço

Depois de identificadas as formas de uso e apropriação do espaço da Redenção, vamos abordar como se dá a relação com o poder público, em sua função de regulador e administrador do espaço, e como atuam as forças dominantes na sua produção institucionalizada.

A relação com o poder público é conflituosa, ao mesmo tempo em que se almeja um espaço livre de opressões e cerceamento, há um desejo de que o espaço seja limpo, seguro e conservado. As principais reclamações dos usuários são: insegurança, sujeira, tráfico de drogas, falta de drenagem, som alto e depredação do patrimônio. Ocorre que as sugestões do poder público também não são de agrado da população, como, por exemplo, o policiamento ostensivo ou o cercamento do parque que gerou muitas controvérsias (além de adeptos a favor e contrários), mas ao final se optou pela manutenção do espaço aberto.

Além disso, a resolução desses problemas enfrenta dificuldades administrativas em relação às competências do governo. A administração, limpeza e preservação do parque são de responsabilidade da SMAM, contudo, se existe a necessidade de se trocar uma lâmpada é a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) é que deve ser acionada. A limpeza específica dos banheiros é de competência do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), quem dirige o Parque Ramiro Souto é Secretaria de Esportes e a da Cultura o auditório Araújo Vianna. A Secretaria de Segurança disponibiliza quatro agentes da Guarda Municipal durante 12 horas por dia. A Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) regulamenta os vendedores e permissionários e autua os ambulantes irregulares. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) se ocupa do problema dos sem-teto; e a prostituição homossexual e tráfico de drogas é de responsabilidade da Brigada Militar. Ao todo são 11 servidores que fazem a manutenção diária, auxiliados por 13 albergados do sistema prisional.<sup>17</sup>

Por mais banal que seja determinado problema do parque, sua resolução não se resume apenas às questões técnicas, mas perpassa pelos campos políticos

---

<sup>17</sup> Informações obtidas diretamente na sede da Administração do Parque através de comunicação pessoal.

e simbólicos. Por exemplo, ampliar a iluminação noturna do parque, exige verbas, decisões, diferentes instâncias do governo, além do reflexo na opinião pública.

Com isso, a excessiva burocracia do Estado, com todas suas dificuldades de administração e falta de verbas, muitas vezes, acaba por justificar concessões de áreas públicas às empresas privadas. Existe uma política na cidade, onde instituições adotam espaços públicos, promovem melhorias em troca de publicidade. Uma empresa que atua ativamente em Porto Alegre é a Pepsi. Com o mote de “Eu amo Porto”, a empresa adotou a orla da cidade, a Redenção e outros espaços públicos (Foto 18). Trata-se de estratégia de *marketing* que, além de ser relativamente barata, tem um significado extremamente positivo para a empresa que emprega estas práticas, entretanto confere um caráter de privatização do espaço público. Contudo, para a população, que ciente da inoperância do governo em promover melhorias, não lhes parece ruim a construção de quadras esportivas, canteiros com flores, cestos de lixo, bancos, bebedouros, aparelhos de ginástica e inclusive máquinas de água quente para o chimarrão, em troca de publicidade, e assim estas práticas de intervenção privada acabam se naturalizando no espaço público.



**Foto 18 – SUBVERTA - A intervenção privada nos espaços públicos**  
(fonte: acervo próprio)



A relação dos frequentadores do parque com o governo, por exemplo, ocorre através de um Conselho de Usuários do Parque Farroupilha, que tem a função de assessorar a administração do parque e levar a demandas da população, entretanto sem caráter jurídico. Qualquer usuário pode participar das reuniões que ocorrem no prédio do Orquidário nas primeiras quintas-feiras do mês. Funciona através de uma comissão executiva composta por membros da Associação dos Amigos do Bairro do Bom Fim, da Associação dos Artesãos do Brique da Redenção, do Colégio Militar e usuários individuais. Os espaços de poder oferecidos à população em geral pelo poder público são limitados a algumas poucas ferramentas (muitas delas sem poder legal, de caráter apenas consultivo).

### **3.3.3 Os espaços de representação**

Nesta etapa utilizaremos as entrevistas (Anexo A) para identificar como os frequentadores veem e se apropriam do Parque da Redenção. Como eles interpretam a realidade cotidiana deste espaço, expressa nas representações, e como isto influencia as relações sociais e a comunicação entre os indivíduos e os grupos na esfera deste espaço público. Apesar de a amostra não ser significativa quantitativamente, qualitativamente ela é muito diversa, em relação ao perfil social, de idade e gênero dos entrevistados: homens e mulheres, jovens, idosos, moradores do bairro, expositores do Brique, artistas autônomos, músicos, trabalhadores ambulantes, entre outros.

A partir da análise das falas dos usuários do parque identificamos algumas representações gerais, que aparecem com mais frequência: o entendimento de que a Redenção faz parte da história da cidade e dos porto-alegrenses; a existência de uma relação afetiva individual, muitas vezes associada às memórias de infância; o parque como um espaço plural, democrático, que permite manifestações, culturais, sociais e políticas; como um espaço de lazer; e o parque como um lugar inseguro. Essa divisão é proposta para fins de análise, entretanto temos a clareza de que elas não estão de forma alguma dissociadas.

Analisar as falas dos frequentadores do parque nos permite identificar quais são as representações sociais, e como as pessoas se posicionam em relação às situações do cotidiano. Conforming Moscovici, as representações são

condicionadas pelas predisposições genéticas herdadas da sociedade, pelas imagens e hábitos desta sociedade, mais as recordações pessoais e a categoria cultural do indivíduo.

Quando as pessoas dizem que a redenção faz parte da história da cidade e de todos, expressam características herdadas que estão presentes tanto no espaço quanto nas representações. A forma tem um caráter de representação social, pois incorpora significados, marcando no espaço as referências e símbolos da sociedade. Essa dimensão simbólica de identidade do parque com a cidade e com as pessoas está diretamente associada à história do Parque, à época e a função para qual foi construído, e aos usos que lhe foi dado. Podemos perceber essa dimensão temporal e histórica nas falas dos freqüentadores do parque:

*“A Redenção, ela faz parte da minha vida, como faz parte da vida de quase todo porto-alegrense. [...] e assim como a Redenção faz parte da minha vida, de outras gerações, das novas gerações ela faz parte da história da própria cidade [...] O parque então marca a história da cidade, ele fica nas gerações, ele hoje tem outros monumentos, outras lembranças.”* (Entrevista 7, Anexo)

Percebe-se que existe uma afirmação de que o parque faz parte da vida de toda a cidade. Não somente pela quantidade de pessoas que o frequentam, mas como ele é sentido simbolicamente por toda a cidade, e que incorpora, mesmo que por meio de uma referência histórica comum, todos que ali vivem.

*“Mas é isso, acho que a Redenção faz parte da história de todo mundo, quem nasceu em Porto Alegre, quem mora aqui, não tem como não fazer parte.”* (Entrevista 26, Anexo)

Outra abordagem freqüente nas entrevistas se refere à relação de afetividade individual, na maioria das vezes associada às memórias de infância, que as pessoas têm com a Redenção. Lembrar da infância pressupõe um sentimento de identidade e pertencimento. As pessoas tendem a associar sentimentos bons à infância, por ser uma época de ligação com a família, e sem maiores preocupações, além de brincar e estudar. É a transformação do não-familiar em familiar, a que nos referimos anteriormente, reduzir as ideias a uma imagem comum para lhe conferir sentido e dar lhe contexto para compreensão. É uma associação direta, se freqüentar o parque era um comportamento praticado e aceito pelos seus pais, então não existe nada de inconveniente na reprodução deste comportamento:

“Algumas das minhas *memórias de infância mais antigas* eu tenho aqui nesse parque, andando de bicicleta, caminhando com o meu pai nos domingos no Brique.” (Entrevista 7, Anexo)

“Brinquei muito aqui no parque, *eu tenho foto com 4 meses sentado na grama*. Meu pai me trazia pra fazer ginástica. Isso aqui é maravilhoso.” (Entrevista 20, Anexo)

“Meu primeiro contato com a Redenção foi por volta dos meus 7,8 anos. Eu vim morar em Porto Alegre com essa idade, com 6. Logo em seguida eu vim morar em frente à Redenção, então ai que eu passei a ter um *relacionamento estreito*.” (Entrevista 8, Anexo)

As representações são estimuladas pelas características urbanas e, como a Redenção é um espaço público que foi criado para o convívio e as relações sociais inevitavelmente é referido por seus espaços de lazer e de liberdade. Podemos perceber nas falas uma relação de extensão da própria casa. Essa associação é um bom exemplo da materialização das referências pessoais no mundo físico, e também da tentativa de familiarização que acaba justificando as práticas e comportamentos:

“A gente tá sempre por aqui, *é o quintal da nossa casa*. Viemos aqui fazer exercício, passear com o cachorro [...] Eu gosto da natureza, é muito bom, é o quintal que a gente não precisa cuidar, a prefeitura cuida pra nós.” (Entrevista 12)

“Sendo que o parque *é o jardim da minha casa*. Por que eu moro num apartamento, portanto eu não tenho pátio. Isso aqui vem sendo o pátio da minha casa.” (Entrevista 19)

Nota-se que associar esse espaço como um jardim ou um quintal de casa naturaliza comportamentos como de levar cadeiras e livros, e sentar-se para aproveitar o dia. Em outros espaços públicos que não possuem essa relação de familiaridade talvez gerasse um estranhamento para os passantes ver grupos de pessoas tomando chimarrão sentados na “rua”. A própria rua hoje em dia foi reduzida a um espaço apenas de circulação ou de “malandros” (ambulantes, prostitutas, boêmios, moradores de rua e etc.) devido à ausência de referências e de espaços propícios às práticas de convívio.

Além da representação conferida ao espaço, existe certa caracterização das próprias pessoas que se apropriam do parque. As práticas ali realizadas se referem ao valor de uso ao invés de troca (apesar da feira ter um caráter comercial, ela não é a finalidade do espaço), e estão associadas a práticas saudáveis, e a um estilo de vida definido (praticar exercícios físicos, comprar produtos orgânicos, ver

obras de artes, espetáculos, tomarem sol, desfrutar a natureza). Pressupõe-se então, que as pessoas que frequentam e ocupam espaços públicos estão dispostas a conviver com as diferenças, conferindo uma imagem estereotipada, muitas vezes associada às classes médias:

“Eu gosto assim, principalmente da atitude das pessoas que frequentam o parque. Principalmente os nossos amigos que a gente vê aqui todos os dias. *Pessoas que em primeiro lugar acreditam que existe uma vida a ser vivida*, uma amizade a ser praticada, e da maravilha que é esse parque.” (Entrevista 17)

“Que é uma das coisas que a gente sente falta, e é uma das coisas que eu mais vejo em Porto Alegre são como as pessoas sentem afeto pelo parque, de vir pra cá e fazer suas atividades físicas, de vir encontrar seus amigos, *de fazer parte deste meio ambiente* que é o parque da Redenção.” (Entrevista 11)

As representações sociais são códigos, que influenciam o modo de entender, avaliar e valorizar a cidade. A experiência urbana enquanto fonte de informação é capaz de gerar conhecimento. Assim, entendemos que, mesmo que as cidades apresentem uma tendência de fragmentação e individualização, existe uma demanda real de espaços que propiciem a manifestação da liberdade e da coletividade. Existe uma representação deste espaço como um lugar plural e democrático, que reúne diversas “tribos”, classes e idades. Entretanto, sabemos que em sua maioria os frequentadores pertencem às classes médias da população, residentes dos bairros do entorno. As classes mais populares, em geral, estão ali na condição de trabalhadores tirando seu sustento, e as classes privilegiadas economicamente possuem seus próprios espaços de convivência. As manifestações sociais, culturais e políticas também são uma das práticas mais características deste espaço:

“a Redenção como um *ponto* fundamental para a vida cultural da cidade, justamente porque o *local é usado periodicamente para manifestações*. Sejam culturais, sociais ou políticas, é na Redenção que elas ocorrem” (Entrevista 3)

“Eu gosto do Brique por que é um lugar *muito popular*, *todas as classes estão aqui*, todas as manifestações culturais estão aqui, pessoas do mundo inteiro vem pra cá, é um lugar democrático que eu gosto muito.” (Entrevista 14)

“A gente acha que a Redenção é *um lugar onde se juntam vários povos*. Acho que é um lugar onde todo mundo se sente em *casa* também, que *não tem classe social*, todas as tribos se juntam, todo

mundo se sente bem. Acho que é um lugar agradável.” (Entrevista 25)

“Tem uma gurizada nova, que se reúne nos arcos, e eu adoro isso. A juventude não tem espaço, e a Redenção continua a acolhendo, como no passado. É que a Redenção continua sendo outsider. É lá que tem a feira orgânica, frequentada por pessoas preocupadas como meio ambiente e a saúde. É lá onde estão os aposentados, curtindo um solzinho. Tem a tribo gay, a tribo rock... *A Redenção naturaliza as diferenças, o que é maravilhoso.*” (Entrevista 31)

Essa representação do parque como um lugar democrático está associada ao livre acesso, e a multiplicidade cultural ali existente. A oferta artística gratuita, seja ela independente ou promovida pelo estado, é outro ponto que se destaca nas falas dos freqüentadores:

“E apresentações culturais, promoção da prefeitura, com orquestras, com apresentação até teatrais, né? E espontâneas também, tem várias companhias autônomas fazendo apresentação de teatro.” (Entrevista 23)

“Acho que o parque permite o contato entre grupos diversos e promove *um outro ritmo de vida na cidade*, permitindo também que se tenha *um tempo de ócio*, que independe da condição econômica dos seus frequentadores. Além disso, há ofertas de manifestações artísticas a céu aberto e o público tem *livre acesso* a elas.” (Entrevista 30)

E finalmente, o tema da segurança do parque, bastante polêmico e com opiniões diversas. A possibilidade de cercamento da Redenção esteve em pauta repetidas vezes, entretanto gerou muitas controvérsias na opinião pública, não tendo havido um consenso, e tampouco uma boa aceitação pelos usuários do parque. O cercamento e o fechamento do parque durante a noite se justificariam principalmente pelos usos noturnos, apesar de não saberem realmente o que ali acontece, por não freqüentarem. Existe um imaginário muito forte a respeito do parque, de um lugar que deve ser evitado à noite:

“Gosto de correr aqui também, enfim, é um parque muito agradável, só acho que o problema da segurança é bem deficitário. *De noite é um parque que falta um pouco de segurança*, e por ser muito grande também atrapalha um pouco que as pessoas se divirtam sem se preocupar com a questão da segurança.” (Entrevista 10)

“Segurança é bom né? Se tiver mais segurança o pessoas vem pra redenção mais tranqüilo, né? Vem mais gente.” (Entrevista 15)

“Que nem agora que a gente tem o exemplo do parque Germânia que é fechado, acho que talvez fosse uma boa ideia. Se bem que *tira um pouco a característica do parque, mas pelo menos preserva mais a noite*. Que as pessoas vem aqui, destroem, deixam lixo por tudo, e no outro dia tá tudo sujo.” (Entrevista 26)

Esta última fala caracteriza bem a controvérsia, se supõe que a solução mais rápida e fácil é proibir os acessos noturnos e coibir as práticas marginais, entretanto logo aparecem ressalvas de que o parque perderia sua característica de livre acesso. Podemos perceber que existe uma tendência contrária ao cercamento, de pessoas que dizem não se sentirem inseguras, ou simplesmente não concordam com a solução, e acham que ao invés de cercar a solução seria ocupar o espaço também a noite.

“Mudar não precisava mudar nada, podia ficar assim. Aquela coisa de cercar a redenção não me agrada muito, prefiro que fique aberto. *A segurança é difícil de fazer, mas eu não me sinto muito inseguro aqui, mesmo passando de noite*. Claro que o ideal seria ter um pouco mais de segurança, mas aí isso é toda a cidade.” (Entrevista 12)

“*Existe a grande dúvida entre cercar ou não a Redenção. Não tem que cercar, nós temos que ocupá-la também à noite. Assim, acabaria com o clima de insegurança.*” (Entrevista 31)

“Eu aumentaria a paisagem, mas não cercaria a Redenção, como muita gente prefere, eu sou contra. *Fechar a Redenção é ferir um principio de a livre, de a liberdade de entrar, não é?* Como já dizia Castro Alves, a praça é de todos.” (Entrevista 23)

Em relação a estes usos noturnos do parque, eles se enquadram nas práticas que inibem o uso universal. Existe uma territorialidade noturna marginalizada de frequentadores homossexuais, que realizam práticas sexuais e encontros homoeróticos, além de pontos de prostituição, principalmente masculina. Há também um histórico de assaltos e estupros relacionados à área do entorno, porém não necessariamente associadas aos homossexuais que ali frequentam, e sim por ser um lugar propício para esconder-se (escuro e com baixo policiamento). Acreditamos que boa parte das representações sociais de caráter negativo, associadas ao sentimento insegurança, decorre deste imaginário de reconhecer nessas práticas atividades “imorais” e “degradantes”. Podemos pensar então, que um mesmo espaço pode produzir sentimentos e representações muito distintas, se analisado, por exemplo, em comparação entre o dia e a noite. A Redenção, então,

produz uma mistura de identidades, que lhe confere, ao mesmo tempo, um *status* de o mais tradicional e frequentado parque da cidade, e de um espaço violento, inseguro e que não deve ser frequentado à noite.

Em síntese, a Redenção é um espaço público com um histórico de importância para a cidade e que se consolidou como um lugar democrático, que permite uma relação afetiva e a manifestação das liberdades individuais. É um espaço plural, porque antes de tudo permite as apropriações positivas e também os “maus” usos, gerando associações com a insegurança, que nada mais é um reflexo da sociedade que é injusta e conflituosa. Enfim, a próxima fala sintetiza bem todas as representações abordadas anteriormente.

“Bom, a redenção ela faz parte, não só do histórico da cidade, mas do histórico de todos nós. A gente já começa a frequentar a redenção desde a infância. E hoje mais que nunca ela é um espaço cultural, é um espaço de lazer, ela também é um espaço político, onde toda a comunidade porto alegre se encontra, e também é um espaço de trabalho muito importante. Então eu acredito que a redenção, não só como um espaço de lazer, como uma praça, como aquela visão de diversão, ela também congrega uma ideia de as pessoas se reunirem, das pessoas conversarem, encontrarem os amigos. E ela deixa assim uma herança futura como um espaço de felicidade.”  
(Entrevista 5, Anexo)

#### 4 CONSIDERAÇÕES

A partir da pretensão inicial desta pesquisa, acreditamos ter conseguido evidenciar as possibilidades de apropriações cotidianas do espaço público, e as práticas de reprodução social que ali ocorrem, e assim poder vê-lo em seu potencial de subversão dos usos estipulados e normatizados dos espaços urbanos.

Este trabalho apresentou algumas limitações de caráter metodológico, principalmente em relação às análises empíricas. As entrevistas foram realizadas baseadas na perspectiva das pessoas que possuem um envolvimento com o parque, sendo assim, as representações contrárias a respeito do parque não puderam ser apreendidas. Além disso, não foram realizados campos noturnos, mesmo sabendo que existem diversos tipos de apropriações durante seu período, devido a fatores principalmente de insegurança. Convém destacar como um mesmo lugar pode manifestar distintas percepções conforme seu observador, mas também visões antagônicas conforme o horário em questão para uma mesma pessoa. A Redenção é um perfeito exemplo deste caso, à medida que durante o dia gera tantos sentimentos bons e felizes, e a noite tanto medo e insegurança (exceto para os freqüentadores noturnos, ao que parece).

Outro ponto que não foi devidamente abordado, e nos aponta um caminho para uma possível continuidade desta pesquisa, refere-se à utilização atual dos espaços públicos como instrumento de valorização imobiliária. Nesse sentido, a natureza torna-se também um produto que pode ser comercializado, o espaço como mercadoria. A proximidade com estes espaços públicos agrega valor aos empreendimentos e empresas, além de uma valorização do solo urbano e aumento do valor de troca. Estas práticas definem os usos possíveis e, conseqüentemente, os grupos que terão “direito” de uso, gerando assim processos segregantes, já que alguns grupos desprivilegiados economicamente acabam sendo “expulsas” para áreas que não sofrem esse tipo de especulação.

Estes diversos olhares com que a sociedade vê a cidade, estas múltiplas opiniões, conceitos e preconceitos que se estabelecem não deixam de ser a busca pelo significado da cidade e também da vida. É preciso entender, que estas



representações são portadores dos sonhos, inseguranças e aspirações da coletividade. Quando as práticas sociais geram um estranhamento, elas desconstroem a imagem habitual de ver, produzir e criar a cidade, e geram novas possibilidades. Essas transformações não devem ser mecânicas de comportamentos e reações programados, e sim a transformação sensível das pessoas e dos lugares, criando novos espaços e novas relações sociais. O cotidiano, quando compartilha experiências socioculturais estas vão construindo a espacialidade desse cotidiano.

Sobre as representações sociais, destacamos a importância do entendimento de que não são “opiniões sobre”, mas como a realidade é apreendida coletivamente, e isso nos abre outras possibilidades de entender e realizar a leitura das cidades. De questionar como a produção do espaço social intervém na construção das representações, e como esta intervém no mesmo.

Para finalizar, deixaremos alguns questionamentos na ideia de que esta discussão não se esgota aqui, e devemos sempre buscar a valorização da vida, e humanizar as relações de planejamentos urbanos. Com isso, quais as cidades que idealizamos para a reprodução de nossas vidas, ou até mesmo qual tipo de relações sociais queremos reproduzir em nossas cidades? Como podemos criar um mundo diferente se estamos tão inseridos neste que já existe? O desafio que está posto é o de identificar o que move a vida das pessoas de fato, qual o motivo por que as cidades e as relações tem se tornado impessoais, para assim pensarmos qual é o mundo que queremos produzir. Realmente queremos viver em um lugar onde para que eu possa me deslocar no meu automóvel particular pessoas tenham que ser retiradas de suas casas e expulsas para lugares periféricos e isolados da cidade? Queremos viver em um mundo onde as diferenças e as desigualdades são escondidas e naturalizadas? O valor material é de fato mais importante que a vida humana? Não existe uma resposta objetiva para estas perguntas, entretanto, a partir da análise das apropriações e da representação que as pessoas têm da cidade e do mundo podemos perceber para onde a sociedade quer seguir.

## REFERÊNCIAS

- AXT, Gunter; SCLIAR, Moacyr. **Parque Farroupilha, “Redenção”**. Ed. Paiol, Porto Alegre, RS, 2011
- BEY, Hakim. **TAZ – Zona Autônoma Temporária**. São Paulo, Conrad Editora, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**; 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil 1998.
- BRESCIANI, Maria Stella (org), **Palavras da cidade**, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2001.
- CARLOS, A. F. A, Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (Org.); SOUZA, M. L. (Org.); SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.
- CORRÊA, R. L. *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão*. In: CARLOS, A. F. A. (Org.); SOUZA, M. L. (Org.); SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.
- COSTA, B. P. Microterritorializações urbanas: análise das microapropriações espaciais de agregados sociais de indivíduos same sex oriented em Porto Alegre/RS. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V.. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. 1 ed. Porto Alegre, Canoas: Editora da UFRGS, Editora da ULBRA, 2008, v. 1, p. 177-200.
- COSTA, E. B. (Ed). **História ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre, RS, Já Editores, 1997
- DEBOARD, Guy. **A sociedade de espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 2008.
- FELÍCIO, Erahsto (Org.). **INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Deriva, psicogeografia e urbanismo unitário**. Porto Alegre, Ed. Deriva, 2007.
- HARVEY, David. **A liberdade da Cidade**. Revista Urbânia 3. Editora Pressa, 2008. São Paulo, v.1, p. 11-17.
- JACQUES, Paola, B. (Org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra, 2003.
- JAQUES, Paola B. **Notas sobre o espaço público e imagens da cidade**. XIII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis, 2009. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KUNSCH, Graziela, **Revista Urbânia 3**. Editora Pressa, São Paulo, 2008.

LAVALLE, Adrián Gurza. **As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. n. 46, v.25, 2005. p 33 – 44.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Editora Centauro, São Paulo, 2001.

LOBODA, Carlos. R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 2008. 338f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MENEGAT, R.; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDESI, L. A. D. **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Ed. Annablume 20ª edição, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo, Ed. Annablume 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2009.

RECLUS, Eliseé. **Repartição dos homens**. In. COÊLHO, P. A. (org.) Renovação de uma cidade; Repartição dos Homens. São Paulo, Ed. Imaginário, 2009.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, Ed. Contexo, 2007

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. Geosp, São Paulo, v. 19, p. 93-111, 2006.

SOUZA, C. F. (Org.); PESAVENTO, S. J. **Imagens urbanas: os olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre, RS, Editora da UFRGS, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora: reflexos em torno da democratização do planejamento urbano e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. *A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In: CARLOS, A. F. A. (Org.); SOUZA, M. L. (Org.); SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.

TORRES, R.B. **A geografia e a psicologia: aproximações através do uso da associação livre para o estudo das representações sociais**. Boletim Gaúcho de Geografia 34/35. Porto Alegre, 2009.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: Otília Arantes; Carlos Vainer & Ermínia Maricato, *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, RJ, Ed Vozes, 3ª edição, 2002.

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único / desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ, Ed Vozes, 3ª edição, 2002.

## **ANEXO**

## ANEXO – Transcrições das entrevistas

### Entrevista 1:

Me chamo Carla, tenho 33 anos e me criei na Rua da Republica, exatamente em frente a redenção. Na época eu estava na 3º série na Colégio Rosário, e todos os dias atravessava a redenção justamente pelo caminho do minizoo, caminho esse que eu com apenas 9 anos julgava ser o mais curto. Mas em realidade gostava de passar por ali, pois havia um senhor, praticamente um "ancião", não me recordo seu nome, mas a sua importância para mim é memorável. Era sagrado passar por ali todos os dias e vê-lo alimentar os pombos que aquele endereço habitavam. A cada visita, mais me intrigava, mas ao mesmo tempo me divertia, poder dar comida aos pombos, aprender a ser gentil com os idosos e ter apreço pelos animais.

### Entrevista 2:

O parque como cenário - parte 1

Vizinha da Redenção, a Casa de Cinema (<http://casacinepoa.com.br/>), volta e meia, utiliza o parque como cenário de seus filmes. Tolerância, de Carlos Gerbase, tem cenas no local. Mulher de Fases, série de Ana Luiza Azevedo e Márcio Schoenardie, também. As filmagens no parque são sempre feitas com muito cuidado, como lembra a diretora Nora Goulart. “Escolhemos bem os dias e horários para não quebrar o ritmo do lugar. Normalmente, filmamos cedo da manhã e nunca aos finais de semana.”

### Entrevista 3:

As duas diretoras (Ana Luiza Azevedo e Nora Goulart) veem a Redenção com um ponto fundamental para a vida cultural da cidade, justamente porque o local é usado periodicamente para manifestações. Sejam culturais, sociais ou políticas, é na Redenção que elas ocorrem. Elas lembram ainda dos shows a que assistiram, especialmente no Araujo Vianna. João Gilberto está entre eles. O show, que rolou em 1996, marcou a reinauguração do auditório, que havia recebido uma cobertura. Ana Luiza, no entanto, lembra de outro show histórico. “O Hermeto Pascoal apresentou-se na Reitoria da UFRGS e, em um determinado momento, ele saiu do auditório e deu uma volta na Redenção. E todo mundo indo atrás.”

Nora e Ana Luiza continuam frequentando a Redenção. Enquanto uma gosta de fazer compras na Feira Orgânica dos sábados, a outra prefere caminhar. Ambas, porém, são unânimes em uma aspecto: passaram sua paixão pelo parque para os filhos, que foram criados ali também.

### Entrevista 4:

Prego – Banda Pata de Elefante

“A minha relação com a Redenção começou quando criança. Eu sou de Vacaria, interior do RS, mas eu vinha muito pra cá. [...] Eu amo esse lugar. Eu tenho uma relação afetiva muito profunda com a Redenção. Muitas pessoas eu conheci aqui, vi diversos shows. Nos anos 80 teve o auge da Osvaldo Aranha, e nos anos 90 houve um revivo também, teve uma revitalização. [...] A gente acabou de tocar aqui, há uns dias atrás, no dia 20 de setembro, e foi sensacional, a gente nunca vai esquecer desse show. Nós fizemos o show de encerramento do evento e quando a pata subiu, o público, todo mundo veio pra frente do palco. Tava lotado, tinha milhares de pessoas no parque, o palco era ali no espelho d’água. Eu me emocionei, não sabia o

que falar. [...] Além disso pô, o último clipe da Pata nós gravamos aqui. A maior parte nós gravamos no brique, e esse clipe foi muito elogiado pela ideia, pela atuação nossa, pela parte técnica, e principalmente pela locação. Por que o brique é muito rico em cores, muito vivo.”

**Entrevista 5:**

Paulo Filandro

“Bom, a Redenção ela faz parte, não só do histórico da cidade, mas do histórico de todos nós. A gente já começa a frequentar a Redenção desde a infância. E hoje mais que nunca ela é um espaço cultural, é um espaço de lazer, ela também é um espaço político, onde toda a comunidade porto alegre se encontra, e também é um espaço de trabalho muito importante. Então eu acredito que a Redenção, não só como um espaço de lazer, como uma praça, como aquela visão de diversão, ela também congrega uma ideia de as pessoas se reunirem, das pessoas conversarem, encontrarem os amigos. E ela deixa assim uma herança futura como um espaço de felicidade.”

**Entrevista 6:**

Wander Wildner, músico

“Primeira vez que eu vim na Redenção foi nos anos 70 pra ver um show no Araujo Viana que se chamava “vivendo a vida de Lee” que eram uns concertos de músicas com bandas da época. Depois eu vivi aqui na Osvaldo Aranha, nos bares, na UFRGS, fiz teatro e música, comecei fazendo aqui nessa área. A primeira vez que eu toquei sozinho, eu toquei violão uma vez no brique, tocando com o case aberto pra recolher dinheiro. E esses shows são os mais interessantes, inesperados. [...] A gente fez um show pedindo a reabertura do Ocidente, foi aqui no Araújo Vianna, e tava lotado, foi um show muito importante, por que foi uma coisa das pessoas que viviam aqui. E esse show foi uma coisa muito loca, por que a gente conseguiu lotar o Araujo Viana em prol da nossa liberdade. Foi interessantíssimo, foi um evento incrível, foi o evento mais legal que eu participei. Eu me lembro dos shows a noite aqui, e uma das coisas comuns era tu olhar pro céu, sabe? Entre uma música e outra. Eu me lembro muito disso, as vezes tá uma lua, ou uma chuva fraca...”

**Entrevista 7:**

Pedro Cunha – 32 anos, professor de História

“A Redenção ela é, ela faz parte da minha vida, como faz parte da vida de quase todo portoalegrense. Algumas das minhas memórias de infância mais antigas eu tenho aqui nesse parque, andando de bicicleta, caminhando com o meu pai nos domingos no brique. Me lembro do espaço que hoje é o café do lago que era ocupado antes pelo bicicletário, onde a gente podia alugar bicicletas para passear pelo parque [...] Outros momentos mais adiantes também importantes da minha vida passei aqui na Redenção. Me lembro de um show inesquecível no Araujo Viana, um show do João Gilberto, da inauguração da cobertura, onde eu assisti com a minha primeira namorada. [...] e assim como a Redenção faz parte da minha vida, de outras gerações, das novas gerações ela faz parte da história da própria cidade. Desde o antigo Campo da Várzea como ela era chamada, até o parque Farroupilha de hoje em dia, ela já teve diversos espaços, diversas funções. [...] Além de uma série de presentes de diversas comunidades. Andando pelo parque a gente encontra esses presentes ainda hoje escondidos. Presentes da comunidade judaica, da comunidade muçulmana, a própria fonte francesa é um presente do governo da

frança pra cidade de Porto Alegre. O lugar que hoje ocupa o Café do Lago, que antes, na minha infância era o bicicletário, na época do festival (1935) funcionou um cassino naquele lugar. Então aqui na praça tinha um mundo acontecendo. [...] O parque então marca a história da cidade, ele fica nas gerações, ele hoje tem outros monumentos, outras lembranças.”

**Entrevista 8:**

Nei Lisboa, músico

“Meu primeiro contato com a Redenção foi por volta dos meus 7,8 anos. Eu vim morar em Porto Alegre com essa idade, com 6. Logo em seguida eu vim morar em frente a Redenção, então aí que eu passei a ter um relacionamento estreito. A janela do apartamento da gente dava de frente pro parque, em frente ao auditório Araujo Viana. Aí depois por décadas eu tive essa visão inteira do Araujo dos shows da janela de casa. O parque é o cenário perfeito, é exuberante, é um parque planejado, muito lindo, tem um paisagismo muito legal. Me fascinava os recantos, o recanto oriental, europeu, e a parte do lago especialmente, porque tinha o bicicletário, tinha os barquinhos a remo, mais emocionantes do que os pedalinhos de hoje.

Nos anos 80 já tava fazendo música e já tava começando a me apresentar, junto com outros participei do grande show da minha época que era o explode 80 no Araujo, e mais tarde vim fazer um show solo no Araujo, que foi a minha grande realização, sair de lá da minha janela pra tá fazendo o lançamento do “Carecas da Jamaica” disco de 87. E afora o Araujo toquei em muitos outros pontos do parque, onde volta e meia se realizam eventos [...].

**Entrevista 9:**

Luiza

“Meu nome é Luiza e tenho 20 anos, sou atriz e geóloga. Gosto de vir na Redenção pra ler, tomar um chimarrão. Eu acho que o que precisa melhorar aqui a limpeza e a segurança também.”

**Entrevista 10:**

Guilherme Zaffari, estudante de medicina

“Oi, meu nome é Guilherme, tenho 21 anos e sou estudante de medicina. Prático malabarismo de contato aqui na Redenção. Eu geralmente venho aos domingos aqui, e final de semana. Gosto muito de freqüentar por que tem uma área bem grande. Gosto de correr aqui também, enfim, é um parque muito agradável, só acho que o problema da segurança é bem deficitário. De noite é um parque que falta um pouco de segurança, e por ser muito grande também atrapalha um pouco que as pessoas se divirtam sem se preocupar com a questão da segurança.”

**Entrevista 11:**

Guadalupe –

“Meu nome é Guadalupe Albuquerque, tenho 27 anos e faço parte do Redenção.CC. Sou publicitária formada entrei de novo na faculdade pra fazer comunicação digital na Unisinos como uma segunda faculdade. Foi quando o Daniel, outro integrante do Redenção.cc, me convidou pra fazer parte deste projeto. Eu aceitei por que eu sempre morei aqui na região do Bom fim, então a Redenção sempre pra mim



sempre foi aquele lugar onde eu posso vir de tarde, num dia bonito de sol como esse pra fazer um tempo. [...] Muito da minha adolescência eu passei aqui. Eu sempre fui uma guria muito ligada em internet, e lá em 97, 98 tinham os canais do Mirc e o ponto de encontro no domingo era na Redenção. [...] Peguei um pouquinho do Escaler, a finaleira dele, depois a volta do Mercado do Bom Fim, peguei vários shows no Araujo Viana. Sempre estive muito próxima do parque, eu me sinto muito próxima do parque, tanto que já tentei morar perto de outro parque de Porto Alegre e não deu certo, a gente voltou depois de um ano. Que é uma das coisas que a gente sente falta, e é uma das coisas que eu mais vejo em Porto Alegre são como as pessoas sentem afeto pelo parque, de vir pra cá e fazer suas atividades físicas, de vir encontrar seus amigos, de fazer parte deste meio ambiente que é o parque da Redenção. [...] Até eu que moro aqui do lado, muita coisa eu não conhecia, e acabei conhecendo nesse projeto que a Unisinos proporcionou pra todo mundo e vai deixar aí pra gente pensar o futuro do parque.”

#### **Entrevista 12:**

Marcelo Stefani

“Meu nome é Marcelo Stefani, tenho 45 anos, moro no Bom Fim desde criança. A gente tá sempre por aqui, é o quintal da nossa casa. Viemos aqui fazer exercício, passear com o cachorro [...] Eu gosto da natureza, é muito bom, é o quintal que a gente não precisa cuidar, a prefeitura cuida pra nós. E eu morando aqui do lado é muito tranquilo. [...] Muda não precisava mudar nada, podia ficar assim. Aquela coisa de cercar a Redenção não me agrada muito, prefiro que fique aberto. A segurança é difícil de fazer, mas eu não me sinto muito inseguro aqui, mesmo passando de noite. Claro que o ideal seria ter um pouco mais de segurança, mas aí isso é toda a cidade.”

#### **Entrevista 13:**

Palhaço Bubbalo

“Eu sou o palhaço bubbalo, já trabalho na Redenção a mais de 25 anos, e a Redenção pra mim é um lugar muito bom, de calma de tranquilidade, onde as pessoas vem pra se divertir, trás as criança pra brinca. E é uma coisa que me da muita alegria, muito prazer de trabalhar aqui na Redenção.”

#### **Entrevista 14:**

Marcelo Tcheli

“Olá, me chamo Marcelo Tcheli, sou artista popular gaúcho, ator e bonequeiro, e estou aqui no brique da Redenção há 14 anos. Cheguei aqui em abril de 1996 e eu faço o menor teatro do mundo. É um espetáculo com o princípio do cinema mundo, e acontece dentro de uma caixinha. Eu gosto do brique por que é um lugar muito popular, todas as classes estão aqui, todas as manifestações culturais estão aqui, pessoas do mundo inteiro vem pra cá, é um lugar democrático que eu gosto muito. Encontro muitos amigos aqui, faço muitas amizades. E a única coisa que eu não gosto é da porcária destes políticos, e eles tem espaço pra se manifestar em tantos lugares, e nós como artistas de rua só temos Este lugar, e eles vem aqui em comissão e passeata atrapalhar o trabalho da gente, atropelam a gente. Eu tenho nojo destes políticos que vem aqui fazer esse tipo de coisa. Enchem o brique de lixo, por que eles vêm aqui e largam esses papéis no chão e não juntam, deixam pros outros juntar. [...] Estou aqui todos os domingos, o ano inteiro, das 10:00 às 18:00, se chove não estou, então convido a todos.”

**Entrevista 15:**

Cecília Borges

“Eu trabalho na Redenção há 20 anos, com os cataventos, que eu e a minha filha Michele que faz. Eu gosto de trabalhar com as crianças, é bom de trabalhar. Eu trabalho sempre nesse ponto que é bom, tem bastante criança na praça. Segurança é bom né? Se tiver mais segurança o pessoas vem pra Redenção mais tranquilo, né? Vem mais gente.”

**Entrevista 16:**

Rogério

“Meu nome é Rogério, eu trabalho com papel machê. Eu tiro meu sustento com essa atividade. E eu estou aqui no brinquedo de domingo, há 5 anos. Há uma triagem pra ser selecionado, uma triagem pública. E antes disso eu já participava da feira de sábado, que há uma outra feira de artesanato aqui nessa rua, desde 2003. [...] Na verdade a feira se integra, né? O brique é só uma parte disso tudo, é uma entidade isso, um organismo vivo. Tem artistas de rua, e agora em época de política, tem várias coisas que tornam essa rua viva no fim de semana, não só o artesanato.”

**Entrevista 17:**

Paulo

“Meu nome é Paulo. Tenho 60 anos e eu sou médio. Eu freqüento a Redenção desde anteriormente a minha formatura, isto foi a mais de 30 anos atrás. Eu sou um freqüentador deste parque. Eu gosto assim, principalmente da atitude das pessoas que frequentam o parque. Principalmente os nossos amigos que a gente vê aqui todos os dias. Pessoas que em primeiro lugar acreditam que existe uma vida a ser vivida, uma amizade a ser praticada, e da maravilha que é esse parque.”

**Entrevista 18:**

Manuel Olmedo

Meu nome é Manuel Olmedo, eu fui aviador da força aérea, já estou inativo há algum tempo. Tenho 70 anos e nasci em Rio Grande. O meu chão agora é aqui. Eu tive dificuldades de adaptação quando do trabalho para a inatividade. E foi complicado, eu tive que ter apoio e tal, mas felizmente eu enxerguei o parque aqui, vim pra cá inicialmente pra me distrair, e comecei e me envolver com o esporte, e em muito menos tempo que eu pensava, me adaptei, fiquei um outro homem, até melhor que eu era antes. Então eu tenho uma gratidão enorme com esse parque, a beleza que é esse parque, e as pessoas tem que sentirem, se tiverem essa interação com o ambiente que é isso aí. Eu vou fazer uma síntese com a importância que tem esse parque. [...] Tem muita gente que fala mal do parque, enxergam um monte de defeitos, e muitas vezes nem enxergam as belezas que tem aqui, árvores, sabias amigos. As pessoas que falam de defeitos que o parque possa ter, dificuldades, erros, é por que não conhece o parque. É preciso fazer uma comparação do que ele era 30 anos atrás e o que ele é hoje. Antigamente não tinha segurança aqui, não tinha equipes para manutenção, tudo era jogado. Nós vínhamos aqui praticar nosso esporte e íamos embora, hoje a gente tem o prazer em ficar. [...] Segurança eu nunca tive problema, é claro que eu não venho aqui nos horários que não tem os guardas. Pra mim o parque não tem que melhorar, é só fazer a manutenção daquilo que já existe aqui no parque.”

**Entrevista 19:**

Tânia Fernandes

“Meu nome é Tânia Fernandes, eu já freqüento o parque há muitos anos, em virtude de morar cerca do parque. Sendo que o parque é o jardim da minha casa. Por que eu moro num apartamento, portanto eu não tenho pátio. Isso aqui vem sendo o pátio da minha casa. Depois que eu me aposentei eu fiquei meio sem rumo, apesar de ser uma pessoa jovem, realmente eu tive um momento que eu pensei o que fazer. Ai eu comecei a descobrir o parque de uma forma diferente, comecei a chegar, caminhar e tentar fazer uma coisa nova.”

**Entrevista 20:**

Batata Pimentão

“Sou o Luis Carlos Mendeiros de Albuquerque, 62 anos. Brinque muito aqui no parque, eu tenho foto com 4 meses sentado na grama. Meu pai me trazia pra fazer ginástica. Isso aqui é maravilhoso. Eu trabalho na Rádio Gaúcha, pra vocês não pensarem que eu sou vagabundo.[...] Lamentavelmente a depredação, o pessoal quebra muito, a bicharada de noite quebra muita lâmpada pra fazer programa de noite. E uma coisa que me irrita demais no parque é quando vem o exército pra cá e bota os tanques aqui, caminhões, fazem uma sujeira do tamanho de um bonde. Aqueles tanques pesados, que o exercito não se da conta que aqui não é lugar de exposição de tanques. Que eles tem que fazer é lá, tem 45 mil quartéis em Porto Alegre.”

**Entrevista 21:**

Maria Jaqueline Carraveta

“Olha até a semana passada tava bom agora tá ficando maravilhosamente mais ainda. Eu só não venho passar por que não dá. Mas eu to sendo atrapalhada nas minhas vendas. A gente tá trabalhando enquanto os traficantes tão solto ai fumando escondido atrás da árvores. A gente tá trabalhando. Isso ai eles não proíbe, eles tão proibindo as vendas aqui dos algodão doce, das pessoas trabalhando. Tem que ver que a natureza e isso aqui, as pessoas que comer, se diverti, brinca e ri. Não vê os traficante fumando aqui na frente da gente, e agente não podendo trabalha descansado. Que continue cada vez melhor e tirando esses homem da SMIC e do Detran, que e eles tão atrapalhando nosso serviço. A gente não é vagabundo nem marginal, agente tá trabalhando. Só isso que eu tenho pra dizer. Que melhore cada vez mais a Redenção pra nós.”

**Entrevista 22:**

Júlio Cesar Nunes Paiva

“Uma das coisas assim ó, há 22 anos que eu trabalho na Redenção, e isso aqui é praticamente um point de todas as tribos, como a gente diz né? Pessoal todo vem aqui pra descansar, vem pra lazer, vem aqui pra comer um picolé, pra comer um algodão, pra comer uma casquinha. Eu acho que de errado não tem nada, a única coisa que eu acho que deveria ser mudado, se fosse mudar alguma coisa, era tirar os mendigo da praça. Por que a Redenção é uma das coisas conhecida internacionalmente, na África, nos outros países, todo mundo conhece a Redenção de Porto Alegre. Então isso aqui é uma coisa que tem que ser preservada que é nosso patrimônio. Patrimônio meu, é patrimônio teu, é patrimônio do povo de Porto Alegre.”

**Entrevista 23:**

Raimundo Ferreira Guimarães

“Olha, mudou a paisagem, aumentou mais a arborização, o verde também aumentou bastante, a grama. Aumentou também os visitantes, sábado e domingo não era tão freqüentado, agora tem uma freqüência muito boa. E apresentações culturais, promoção da prefeitura, com orquestras, com apresentação até teatrais né? E espontâneas também, tem várias companhias autônomas fazendo apresentação de teatro. Eu aumentaria a paisagem, mas não cercaria a Redenção, como muita gente prefere, eu sou contra. Fechar a Redenção é ferir um principio de a livre, de a liberdade de entrar, num é? Como já dizia Castro Alves, a praça é de todos.”

**Entrevista 24:**

Jorge Pinheiro (administrador do parque)

“Olá, tudo bem? Meu nome é Jorge pinheiro, sou administrador do parque farroupilha. Trabalho na SMAM, e procuro assim ó, trabalhar com as pessoas, com os ambulantes, com os freqüentadores. Pra desenvolver o melhor trabalho possível, e obter o parque ideal, o parque que todos querem. Um parque limpo, um parque seguro, um parque bonito. A Redenção é o parque mais querido de Porto Alegre, é o mais freqüentado. Finais de semana chega a ter 200 mil pessoas no parque. As pessoas não fazem idea de quanto isso trás reflexo pro parque. Na questão da produção de lixo, da questão de segurança, de vandalismo. O que as pessoas podem fazer pra ajudar o parque? Elas podem contribuir em colocar o lixo no coletor de lixo, quando vê alguma pessoas suspeita ligar pra polícia, ou então falar com o guarda parque. Assim ó, sempre buscar se proteger e buscar uma forma que o parque fique melhor pra todos.”

**Entrevista 25:**

Alexandre Rodriguez

“A gente vem sempre que da vontade. Sempre que faz um dia bacana a gente vem pra aí. A gente acha que a Redenção é um lugar onde se juntam vários povos. Acho que é um lugar onde todo mundo se sente em casa também, que não tem classe social, todas as tribos se juntam, todo mundo se sente bem. Acho que é um lugar agradável.”

**Entrevista 26:**

Anajara Rodriguez

“Eu acho que é um dos melhores parques da cidade. [...] Acho que aqui tem tudo, tem lugar pra criança, pra cachorro, tem artesanato, acho um parque lindo. E eu acho que ele vai ficar pra sempre, só tem que cuidar mais, né? Principalmente de noite. Que nem agora que a gente tem o exemplo do parque Germânia que é fechado, acho que talvez fosse uma boa idea. Se bem que tira um pouco a característica do parque, mas pelo menos preserva mais a noite. Que as pessoas vem aqui, destroem, deixam lixo por tudo, e no outro dia tá tudo sujo. Mas é isso, acho que a Redenção faz parte da história de todo mundo, quem nasceu em Porto Alegre, quem mora aqui, não tem como não fazer parte.”

**Entrevista 27:**

Maya

“Meu nome é Maya, eu tenho 18 anos e faço cursinho pré vestibular. Freqüento a Redenção fazem uns 3 anos. Eu venho uma vez por semana, dia de semana, e uma

vez no domingo, se eu acordar cedo. Eu gosto muito de vir sozinha no dia de semana, pra não sei, pensar, fumar, ficar um pouco sozinha. E domingo gosto muito de vir com muita gente, principalmente se for direto pra uma festa, pra sei lá, ficar conversando. A Redenção tá vem mais limpa nos últimos anos, também tem bem mais policia, tá bem mais segura, menos nos cantos assim, né? Não gosto que no domingo tem muita, muita gente, muita criançinha, cachorrinho, pra lá e pra cá. Depois de um certo horário some todo mundo, seria muito legal se as pessoas ficassem um pouquinho a mais depois das 6 da tarde, ou ao menos a política, por que fica meio tenso!”

**Entrevista 28:**

Daniel Bittencourt

“Esse projeto, que posteriormente chamamos de Redenção.cc que procura criar um engajamento, procura criar uma memória coletiva da cidade, a respeito de um lugar caro e importante para os porto alegrenses, que é o parque da Redenção. [...] É a Unisinos como apoiadora, como fomentadora de uma ideia, no qual as pessoas que frequentam o parque, e a população em geral, conseguem reconstruir a memória afetiva desse espaço, olhar pro passado, preservar essa história e projetar o que elas querem daqui pra frente, que tipo de parque elas querem ter. O parque que nós tínhamos a 75 anos é totalmente diferente do parque que nós conhecemos hoje. Então que parque nós queremos ter daqui a 75 anos?”

**Entrevista 29:**

Juliano Lopes

“Dia 28 de novembro de 2010, aconteceu um arrastão que já estava programado. Quando o sol sai e a escuridão toma conta da Redenção, a segurança vai embora junto com o sol. Assaltaram uma amiga minha e bateram no rapaz que estava com ela. Ela veio chorando muito e nós fomos procurar dois policias, únicos dois policias que encontramos ali, e ainda por cima estavam dizendo que não podiam fazer nada, eu já me estressei por essa atitude e sem pelo menos eu ter xingado eles, queriam que eu fosse a delegacia discutir sobre isso. Talvez eu seja o errado de estar na rua, talvez eu seja o errado de não ter segurança por onde eu ande. Os policias hoje em dia só querem fazer a patrulha deles sem ter alguma alteração, por isso que se acontece alguma coisa, o melhor para eles é deixar os bandidos fugirem fazendo varias perguntas.”

**Entrevista 30:**

Lilian Maus

“Acho que o parque permite o contato entre grupos diversos e promove um outro ritmo de vida na cidade, permitindo também que se tenha um tempo de ócio, que independe da condição econômica dos seus frequentadores. Além disso, há ofertas de manifestações artísticas a céu aberto e o público tem livre acesso a elas.”

**Entrevista 31:**

Paola Oliveira

“Tem uma gurizada nova, que se reúne nos arcos, e eu adoro isso. A juventude não tem espaço, e a Redenção continua a acolhendo, como no passado. É que a Redenção continua sendo outside. É lá que tem a feira orgânica, frequentada por pessoas preocupadas como meio ambiente e a saúde. É lá onde estão os aposentados, curtindo um solzinho. Tem a tribo gay, a tribo rock... A Redenção

naturaliza as diferenças, o que é maravilhoso.[...] No final dos anos 80, o clima de liberdade que havia na Redenção começou a abrir espaço para a galera que achava que podia tudo. Perdeu-se a noção de responsabilidade, e começaram a rolar tráfico e ataques pesados por parte da polícia. Teve gente que tomou tiro lá. Nesta época, a polícia entrou no Ocidente e prendeu todo mundo. Foi o fim de tudo aquilo. Nos anos 90, houve um revival, que não durou muito. Hoje, porém, ainda há um comércio noturno ao redor da Redenção. O Ocidente resistiu, assim como a Lancheria do Parque e o Van Gogh, que fica na João Pessoa. Existe a grande dúvida entre cercar ou não a Redenção. Não tem que cercar, nós temos que ocupá-la também à noite. Assim, acabaria com o clima de insegurança.”